



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 26

I Sessão Legislativa

Horta, Quinta-feira, 16 de Outubro de 1997

Presidente: *Deputado Dionísio de Sousa.*

Secretários: *Deputados Guilherme Pinto e José Aguiar.*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 15, 30 horas.

Período de Antes da Ordem do Dia

Depois de divulgada a correspondência, bem como alguns requerimentos entrados na Mesa, passou-se ao tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante para a Região em que foram oradores, a diverso título, os seguintes Srs. Deputados:

António Loura (*PS*), José Maria Bairos (*PSD*), José Humberto Chaves (*PS*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Manuel Brasil (*PSD*), João Greves (*PP*), José Manuel Nunes (*PSD*), Duarte Freitas (*PSD*), Fernanda Mendes (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), António Meneses (*PSD*), Berta Cabral (*PSD*), Augusto Élavai (*PS*), Eugénio Leal (*PSD*), Francisco Xavier (*PSD*), João Forjaz Sampaio (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*).

Período da Ordem do Dia

Após um intervalo de 30 minutos iniciou-se a leitura dos Relatórios das Comissões Permanentes da ALRA, como 1º ponto da ordem de trabalhos, em que intervieram apenas os relatores das mesmas. A saber, os Srs. Deputados Francisco Xavier (*CPGAI*), Fátima Sousa (*CJAS*) e João Forjaz Sampaio (*CEFP*). Interpelou ainda a Mesa o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, na sequência do Relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

Seguidamente, procedeu-se à análise e votação da Proposta de Resolução sobre **"Pronúncia, por iniciativa própria, perante o Governo da República sobre o fenómeno da insegurança nos Açores"**.

Assim, intervieram sobre este assunto os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Manuel Azevedo (*PSD*), Luis Resendes (*PS*) e Paulo Valadão (*PCP*), após o que se registou a votação, tendo sido a referida Proposta aprovada por unanimidade.

O ponto 3 da ordem do dia referia-se a um **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre o Projecto de DLR** relativo à **"Criação de um registo das associações de promoção dos direitos das mulheres e regime de apoios a conceder a essas associações"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, não sem antes terem proferido intervenções a Sr^a. Deputada Natividade Luz (*PS*) e o Sr. Deputado Paulo Valadão (*PCP*).

Sobre o 4.º ponto da ordem de trabalhos - mais um **Pedido de Urgência** agora sobre a **"alteração do DLR nº 22/96/A, de 9 de Agosto - Sistema de apoio excepcional a conceder a clubes desportivos da Região"** - intervieram os Srs. Deputados Norberto Messias (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*) e Alvarino Pinheiro (*PP*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Como ponto 5 apreciou-se e votou-se a **Proposta de DLR** sobre a **"Criação do conselho regional para a integração e cidadania"**, sobre a qual intervieram a Sr^a. Deputada Fátima Sousa (*PS*), bem como os Srs. Deputados Jorge Valadão (*PSD*) e Paulo Valadão (*PCP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*).

O referido diploma foi igualmente aprovado por unanimidade, quer na generalidade quer na especialidade.

Os trabalhos terminaram às 20,00 horas.

Presidente: Boa tarde, Srs. Deputados.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para podermos iniciar a chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PS** - António Gomes, António José Loura, Augusto Elavai, Carlos Fraga, Dionísio Sousa, Élio Valadão, Fátima Sousa, Fernanda Mendes, Fernando Menezes, Francisco Sousa, Guilherme Pinto, Herberto Rosa, João Carlos Macedo, João Forjaz Sampaio, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Manuel Serpa, Natividade Luz, Norberto Messias;, Rui Pedro Ávila, Vasco Cordeiro; **PSD** - Alberto Madruga da Costa, Ana Gomes Silva, António Almeida, Aurélio da Fonseca, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, Jaime Carvalho de Medeiros, João Cunha, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Francisco Fernandes, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Victor Cruz; **PP**- Alvarino Pinheiro; João Greves; **PCP** - Paulo Valadão).*

Presidente: Estão presentes 49 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Começamos pela leitura da correspondência que vai ser feita pelos Srs. Secretários.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista um ofício que diz o seguinte:

"Por lapso, este Grupo Parlamentar solicitou através do ofício em referência, a retirada do Projecto de Decreto Legislativo Regional "Criação de um registo regional das associações de deficientes e regime de apoios a conceder a essas associações". Quando o que se pretendia era apenas a retirada do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, e rectificando o nosso ofício em referência, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista retira o Pedido de Urgência relativo ao diploma em apreço, o qual, em consequência, deverá baixar à Comissão.

Horta, Sala das Sessões, 15 de Outubro de 1997".

Secretário (*José Aguiar*): Do Sr. Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária Geral e Básica da Ribeira Grande, um ofício cujo assunto é "Plenário Jovem, Toxicoddependência e problemas conexos".

Secretário (*Guilherme Pinto*): Um requerimento do Sr. Deputado Regional do PSD Aires Reis que diz o seguinte:

"- Considerando que o Governo Regional decidiu, na sua mais recente visita estatutária a São Jorge (Julho de 1997), "iniciar no corrente ano as obras de construção do novo Matadouro da Ilha de São Jorge, após reformulação do projecto actual, de forma a compatibilizar aquela infraestruturas com as normas higieno-sanitárias vigentes e de protecção ambiental";

- Considerando que o matadouro está previsto para uma ponta da extensa ilha de S. Jorge;

- Considerando parecer de acessibilidade mais equitativa para os criadores de gado a construção do matadouro no meio da ilha;

- Considerando que a reformulação do projecto pode, sem quaisquer prejuízos, contemplar uma nova localização;

Solicito a V. Ex.^a, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, se digne questionar o Governo Regional sobre o seguinte:

1- Está o Governo Regional interessado em mudar a localização prevista do Matadouro da Ilha de São Jorge, atendendo ao argumento de que o meio da ilha é uma localização muito mais acessível para os criadores de gado de São Jorge?

2- Estaria o Governo Regional sensível à cedência para esse fim de terrenos localizados a meio de São Jorge?

3- Se não, por quê? Se sim, que departamento do Governo Regional deve ser de imediato contactado pelas entidades interessadas em ceder os terrenos?

Horta, Sala das Sessões 17 de Outubro de 1997.

O Deputado Regional: Aires Reis"

Secretário (*José Aguiar*): Do Sr. Deputado Regional Aires Reis um requerimento do seguinte teor:

"- Considerando que o Porto da Calheta (S. Jorge) continua sem ser limpo, nem sinalizado;

- Considerando que a falta de limpeza transforma o cais numa lixeira instalada em plena Vila da Calheta, causando náuseas aos passageiros que conseguem desembarcar, aos que esperam pelos barcos e à população que gosta de passear pelo cais nas horas de lazer;

- Considerando que a falta de sinalização do cais origina uma completa anarquia quando o barco faz serviço;

- Considerando que viaturas particulares estacionam habitualmente no porto de forma anárquica, precisamente por falta de sinalização;

- Solicito a V. Ex^a. ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, se digne questionar o Governo Regional sobre o seguinte:

1- Por que razão o Governo Regional não mantém o Porto da Calheta em condições de higiene e salubridade aceitáveis? Que organismo governamental deveria assumir essa responsabilidade?

2- Por que razão o Governo Regional, apesar de repetidamente alertado, teima em não sinalizar o Cais da Calheta? A que organismo compete a sinalização?

Horta, Sala das Sessões, 15 de Outubro de 1997.

O Deputado Regional: Aires Reis".

Secretário (*Guilherme Pinto*): Um requerimento do Sr. Deputado Regional do PSD Aires Reis, do seguinte teor:

"- Considerando que o Governo Regional orçamentou para o ano em curso uma verba específica para apoio à habitação degradada em S. Jorge;

- Considerando que o ano de execução da verba orçamentada está a esgotar-se sem que, aparentemente, o Governo Regional apoie efectivamente a habitação degradada em S. Jorge;

- Considerando que as Juntas de Freguesia de S. Jorge organizaram largas dezenas de processos para apoio à habitação degradada, que, no entanto, permanecem sem resposta;

Solicito a V. Ex^a., ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, se digne questionar o Governo Regional sobre o seguinte:

1- Por que razão não responde o Governo Regional à esmagadora maioria dos processos para apoio à habitação degradada em S. Jorge?

2- Quantos processos jorgenses já mereceram apoio por parte do Governo Regional? Quem foi beneficiado e em que montantes?

3- Estima o Governo Regional aplicar na totalidade a verba destinada, para este ano, à habitação degradada em S. Jorge. Se não, porquê e para onde transitará a verba remanescente?

Horta, Sala das Sessões, 15 de Outubro de 1997.

O Deputado Regional: Aires Reis".

Secretário (*José Aguiar*): Do Sr. Deputado Regional Aires Reis um requerimento que diz o seguinte:

- Considerando que os pescadores que utilizam os portos da Calheta e do Topo se queixam de falta de instalações de frio para conserva de pescado e de isco;

- Considerando que os pescadores reivindicam tais instalações insistentemente desde há vários anos, inclusive através de abaixo-assinados;

- Considerando que está em causa o normal abastecimento de peixe à população;

- Considerando que a falta de instalações de frio, aliada às más condições operacionais e de varagem existentes nos portos em causa, tem levado vários pescadores a abandonar a actividade;

- Considerando que a Câmara Municipal da Calheta forneceu aos pescadores pequenas unidades de frio para tentar resolver o problema da conservação de isco;
- Considerando que tais unidades minoraram o problema, mas não o resolveram, nem a fundo, nem duradouramente, sobretudo porque não respondem à necessidade de conservação de pescado;
- Considerando que a indústria de conservas de S. Jorge instalada com uma única unidade na Vila da Calheta, necessita de ser servida por um sistema de frio adequado e instalado no porto que lhe está mais próximo;

Solicito a V. Ex.^a, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, se digne questionar o Governo Regional sobre:

1- Tem ou não o Governo Regional projectos para instalar capacidade de frio nos portos de Calheta e Topo? Se sim, que sistemas de frio estão previstos para cada um dos portos?

2- Está ou não o Governo Regional sensibilizado para a necessidade de dotar o porto da Calheta com um entreposto de frio que siva a indústria de conservas instalada na Vila da Calheta? Se sim, quando pretende instalar o referido entreposto e quais as suas características?

Horta, Sala das Sessões, 15 de Outubro de 1997.

O Deputado Regional: Aires Reis".

Secretário (*Guilherme Pinto*): Um requerimento do Sr. Deputado do PSD Aires Reis que diz o seguinte:

- "- Considerando ser S. Jorge uma zona de produção de leite, que posteriormente é transformado num dos queijos mais apreciados dos Açores;
- Considerando que os caminhos de vocação agrícola são essenciais ao normal maneio do gado, à ordenha e ao transporte dos mais diversos mantimentos e equipamentos relativos às explorações;

- Considerando que pouco ou nada tem sido feito pelo Governo Regional em S. Jorge no que diz respeito à abertura e conservação de caminhos de vocação agrícola;
- Considerando que o estatuto das vias de comunicação terrestre continua por regulamentar, não se sabendo, por isso, quem tem responsabilidades em quais caminhos;
- Considerando o autêntico clamor que se levanta na lavoura de S. Jorge reivindicando mais e melhores caminhos de vocação agrícola;

Solicito a V. Ex.^a ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis se digne questionar o Governo Regional sobre o seguinte:

- 1- Tem o Governo Regional algum plano para abertura e manutenção de caminhos de vocação agrícola em S. Jorge se sim, quando começarão as obras, se não, por quê?
- 2- Tem o Governo Regional consciência dos prejuízos que provoca à lavoura de S. Jorge, designadamente através do desgaste rápido de máquinas que são obrigadas a operar em autênticas ribeiras?
- 3- Quando pretende o Governo Regional regulamentar o estatuto das vias de comunicação terrestre?

Horta, Sala das Sessões 15 de Outubro de 1997.

O Deputado Regional: Aires Reis"

Secretário (*José Aguiar*): Deu ainda entrada na Mesa um parecer da Comissão de Economia, Finanças e Plano sobre a Proposta de DLR nº 10/97 - "Protecção do património florestal regional".

Presidente: Terminada a leitura da correspondência, e uma vez que não está presente na Mesa qualquer voto, vamos passar ao tratamento de **assuntos de interesse político relevante para a Região.**

Tem a palavra o Sr. Deputado António Loura para uma intervenção.

Deputado António Loura (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos dias 15, 16 e 17 do passado mês de Setembro, cumpriu o Governo Regional a sua visita à Ilha de Santa Maria, conforme está instituído no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Foi a visita do primeiro Governo do Partido Socialista. Havia à volta da mesma muita expectativa, sobretudo para se saber se das promessas feitas em tempo de eleições legislativas, algumas seriam realizadas já, que outras seriam renovadas, e ainda, das novas questões levantadas desde a existência deste Governo, quais seriam as contempladas.

Os marienses não foram defraudados, na medida em que muitos dos seus anseios tornados promessas começam a ser verdade, porque constam do comunicado do Governo, e que passo a elencar algumas:

- Abastecimento de água à lavoura;
- Protocolo que visa a remodelação do antigo hospital para Centro Comunitário;
- Protocolo para a construção da Casa do Povo de Santa Bárbara;
- Reforço de meios para a reparação dos caminhos de penetração.

Como preocupação mais recente foram decididas as seguintes obras;

- protocolo para o asfaltamento da estrada de Malbusca,
- reabilitação da Escola Bento Rodrigues, e construção de uma estrada entre Pico do Facho e Calhau da Roupa, para transporte de inertes da obra do molhe-cais de Vila do Porto.

Por aquilo que me foi dado perceber dos contactos com marienses, estes, acharam que a visita do Governo Regional foi proveitosa para a ilha, decidindo o Governo questões que há muito se faziam sentir e que em muito contribuirão para o desenvolvimento sócio-económico de Santa Maria. Assim, o primeiro passo é favorável, ficando à espera da fase seguinte, que é, a do início das obras, uma vez que, só no terreno, as promessas e acções passam a ser verdadeiras. Este estado de alma dos marienses é compreensivo, dado que têm lidado nas últimas duas décadas com projectos falhados, caso da Zona Franca, indefinições de outros como é o NAV II, que felizmente agora está decidida a sua implementação, com as obras já em andamento.

Até esta altura não foram quantificados os custos desses falhanços e indefinições, só sei, que são muitos, que o digam os nossos empresários e os marienses em geral.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quem não gostou foi o PSD de Santa Maria, uma vez que no fim da visita a Comissão de ilha convocou a Comunicação Social, para uma conferência de imprensa na qual foi lido um comunicado.

O comunicado fazia referência particular ao discurso proferido pelo Sr. Presidente do Governo Regional no salão da casa do Povo de São Pedro.

Nesse comunicado o PSD tenta, se bem que não consiga, safar a face, refugiando-se em preciosismos linguísticos para tentar esconder aquilo que todos vêem. O que o povo de Santa Maria deseja é obra feita, trabalho realizado e isto vai ser conseguido com o Governo do Partido Socialista.

Acrescenta ainda o comunicado que o Sr. Presidente do Governo, ao salientar e a dar a conhecer aos marienses aquilo que o Governo Socialista havia deliberado, havia tido o comportamento **apenas** de Presidente do P.S./Açores.

Se é certo que a natureza das funções que agora desempenha impõe certos deveres e uma postura mais institucional, não é menos verdade que o facto de ser Presidente do Governo não significa que se tenha que pactuar com o imobilismo de outrora e com os consequentes prejuízos que advieram para a Ilha de Santa Maria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste momento, os marienses e os açorianos em geral estão mais interessados em saber como serão resolvidas as grandes questões que se perfilham no horizonte político até ao final do ano.

Para a Região é importante a discussão e a aprovação do P.M.P. 1997/2000 e o Plano e Orçamento para 1998, documentos esses necessários à implementação dos objectivos traçados pelo Governo Regional, com vista ao desenvolvimento da Região e preparação da mesma para os grandes desafios que se colocam até ao final desta década e início do próximo milénio.

Por fim, os açorianos serão chamados a 14 de Dezembro às urnas para as eleições autárquicas.

São eleições importantes, à luz da nossa vivência democrática, nas quais serão eleitos os futuros autarcas, aqueles cujo poder mais próximo estará dos munícipes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estes sim, são assuntos que muito nos devem preocupar e sobre eles exigem os açorianos que nos elegeram, dando o seu voto de confiança, trabalho profícuo, com vista à defesa intransigente dos interesses da Região.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos para esclarecimentos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado referiu na sua intervenção que o PSD não tinha ficado contente e eu devo dizer-lhe que continua a não estar contente, por várias razões: em primeiro lugar, porque a visita do Governo que era estatutária, tinha por finalidade resolver problemas, porque a vida continua, as ideias continuam a surgir, há obras para continuar, outras há que hão-de surgir nos próximos anos, portanto é apenas a continuidade daquilo que se esteve a fazer até aqui.

Se nós pegarmos no comunicado do Governo, veremos que ele foi feito com vista às eleições autárquicas de Dezembro, aliás todos os discursos foram proferidos nesse sentido, tendo como pano de fundo a grande capacidade e poder de execução...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Do eleitorado, do Povo!

O Orador: ... sobretudo, visando o Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto. Ou seja, optou-se pelo elogio fácil, pela demagogia, porque o Sr. Presidente do Governo ao afirmar num dos seus discursos ao qual eu reagi, que as obras do Porto de Vila do Porto, o Polivalente da Almagreira, tinham sido lançadas pelo Governo do PS, estava mentindo, pois elas tiveram os seus respectivos concursos abertos em 1996, esses projectos já tinham sido analisados e a única coisa que este Governo fez, e tem-no feito um pouco por toda a Região, foi adjudicar tudo aquilo que já estava anteriormente preparado, tudo aquilo que já tinha propostas, tudo aquilo que já tinha até adjudicações, limitando-se apenas a consignar estas obras.

Se nós formos fazer um levantamento daquilo que tem sido feito até este momento, veremos que obras novas não há, projectos novos também não, a não ser em comunicados, mas efectivamente no terreno não se vêem.

O Sr. Deputado também falou no Centro Comunitário, mas eu devo dizer-lhe que isso não nos traz nada de novo, pois ele veio no seguimento daquilo que já estava feito.

Até passou-se uma coisa engraçada. É que foram feitos dois protocolos com a Secretaria da Educação e Assuntos Sociais, cujo conteúdo não era conhecido sequer pelas pessoas que os iam assinar. Conheceram-nos no próprio dia da assinatura.

O primeiro protocolo que foi assinado na Câmara Municipal de Vila do Porto, teve que ser alterado, porque parece que a entidade que o tinha que assinar nem estava correctamente escrita.

Portanto, isto foi um trabalho feito não pelas pessoas de St^a. Maria, mas sim nos gabinetes.

O Sr. Deputado fala também na escola. O que se diz é que vai ser feito um concurso e um projecto.

Neste momento, a escola tem vidraças, portas, toda a iluminação exterior tudo degradado, fruto de algum vandalismo, só que para reparar isto penso que não é preciso fazer um projecto. E a escola continua na mesma e as aulas já tiveram início.

Outra situação de que fala na sua intervenção, tem a ver com meios para a recuperação de caminhos de penetração.

Bem, os meios foram enormes...!

Foi uma verba que arranjaram para comprar uma "dumper" para os serviços que ainda não tinham!

De facto, é um grande investimento para a recuperação dos caminhos de penetração!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Já não é nada mau!

O Orador: Portanto, se nós formos ver algumas das situações aqui apontadas, verificaremos que elas são de puro clientelismo partidário.

Por exemplo, neste comunicado refere-se que o Governo vai apoiar determinadas obras que já foram suportadas pelo PEDRAA II e já estão a decorrer.

Por isso é que eu digo que a visita do Governo cumpriu a sua função estritamente.

Há uma ou duas medidas com as quais me congratulo, mas o resto do que aqui diz e que já vinha referido no comunicado do Governo, não traz nada de novo e até algumas dessas medidas são apenas para "encher papel", porque não são para concretizar nestes tempos mais próximos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostava de pegar no comunicado que o PSD fez e sobre ele tecer algumas considerações.

Diz-se aqui que eu teria afirmado no dia 30/11/94 que havia já um projecto para abastecimento de água à lavoura.

Isso é falso, não é verdade!

O que eu disse foi que tinha sido proposto fazer-se este abastecimento de água.

Passo a ler uma passagem minha publicada no Diário das Sessões: "Eu gostaria ainda de dizer que naquela altura, em 1990, já a Câmara propunha ao Governo esta realização".

E posso adiantar quais eram as obras que estavam propostas, como por exemplo a abertura de um furo, colocação de tubagem e construção de reservatório.

Portanto, foi isto que eu disse e não o que Sr. Deputado escreveu no comunicado emitido pela Comissão Política do PSD.

Mas admiro-me bastante do PSD não estar satisfeito com este comunicado do PS...

Deputado José Maria Bairos (PSD): Pois do PS!

O Orador: Desculpem, do Governo do PS!

Deputado António Meneses (PSD): Do Governo da Região!

O Orador: Do Governo do PS, da responsabilidade do Partido Socialista que se deslocou a St^a. Maria.

Veja bem, Sr. Deputado, o que aqui se diz:

"— 8 mil 101 contos que desde 1991 estavam por pagar (juros de mora a uma empresa);

— proceder ao pagamento dos terrenos do loteamento das Lombas de Vila do Porto, no montante de 11 mil e 200 contos (era uma dívida que remontava a 1982);"

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Que vergonha!

O Orador: Só por isso, entre outras acções que já foram referidas pelo meu camarada António Loura, valeu a pena a visita do Governo a St^a. Maria.

Por isso, eu acho que toda a gente deve congratular-se e dizer "finalmente apareceu um governo que vai cumprir!" - e nós estamos cientes disso!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Contas em dia!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Humberto Chaves:

O Sr. já foi responsável por uma autarquia.

Vozes da bancada do PS: E muito bem!

O Orador: E quando saiu, também se pagaram coisas até 2 e 3 anos depois que tinha deixado para trás!

Vozes da bancada do PS: Não acredito!

O Orador: Algumas delas...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Isso é um assunto para ser discutido na Assembleia Municipal!

O Orador: Deixe-me acabar, eu ainda não terminei!

Algumas delas resultado de alguns contenciosos. Tal como neste momento a própria autarquia também tem alguns contenciosos com empreiteiros, por exemplo.

Estas duas referências que fez aqui sobre a escola e as lombas, era resultado de um contencioso que existia e que estava a ser negociado. Não foi por falta de pagamento, pois nunca se chegou a um acordo entre as duas partes.

Portanto, não se trata de dívidas que não tenham sido pagas, mas sim um contencioso que existia.

Deputado António Meneses (PSD): Isso é diferente.

O Orador: E isto é completamente diferente da ideia que o Sr. Deputado aqui quis fazer passar, ou seja, de que o Governo do PS foi lá pagar dívidas que não estavam resolvidas.

Deputado José Humberto Chaves (PS): E é verdade!

O Orador: Não senhor, estavam sim em contencioso e não havia acordo entre as duas partes.

Chegaram a acordo, muito bem. Conseguiram resolver o problema. Mas não queira deixar aqui a ideia de que eram dívidas que estavam esquecidas...

Deputado José Humberto Chaves (PS): E estavam!

O Orador: ... que não se queria pagar, porque a situação de contencioso é completamente diferente.

Por outro lado, queria congratular-me com o abastecimento de água.

Qualquer coisa que um governo faça, seja ele este de agora como os anteriores, é sempre motivo de congratulação.

Eu não estou contra àquilo que foi feito e contra ao que foi decidido.

Mas nós queremos ver essas obras em desenvolvimento, porque uma coisa é elas constarem do comunicado, outra coisa é elas aparecerem.

Porém, não posso congratular-me com a forma dos discursos, dos conteúdos, nomeadamente deste comunicado que era simplesmente para "encher papel"!

Fez-se, inclusivamente, um grande discurso para dizer que se vai resolver o problema do 1º ciclo do ensino básico, porque este Governo até já aprovou uma verba de 109 mil contos para a recuperação das escolas.

Bem, o Governo já aprovou para toda a Região, porque essas acções fazem parte de fundos comunitários, fazem parte de um plano de recuperação das escolas básicas em toda a nossa Região.

Portanto, não é nenhuma novidade para ser levada a Stª. Maria como decisão do Governo, acompanhada por um discurso a dizer que este Governo resolve.

Não senhor, até porque a Ilha de Stª. Maria será talvez a última a avançar com o projecto de recuperação das escolas do 1º ciclo do ensino básico.

E é sobre estes conteúdos, acompanhados de algum discurso, que nós manifestámos a nossa discordância em comunicado, concretamente o discurso do Sr. Presidente do Governo, porque tal como referiu há pouco o Sr. Deputado José Humberto Chaves, era um comunicado do PS e ele agiu como Presidente do Partido Socialista e não como Presidente do Governo como devia ter sido, pois ele era convidado como as outras pessoas que lá estavam.

Deputado António Meneses (PSD): Muito bem! Muito bem!

Deputado João Cunha (PSD): Mas isso é um costume que ele tem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de dizer apenas mais duas coisas muito rapidamente.

Em relação à Casa do Povo de St^a. Bárbara, vou ler o teor de um comunicado feito em 1985, aquando da visita do Governo social-democrata de então:

"O Governo Regional decide lançar no próximo ano o concurso para a construção do Polivalente de St^a. Bárbara, a fim de que o projecto entre em execução, uma vez que já está concluído".

Só em 1997 — 12 anos depois — é que se começa a chegar a um acordo para fazer-se esse polivalente.

Portanto, foi o Governo do PS que fez isso agora.

Por isso é que eu digo que não percebo por que é que o PSD se agarrou a essa história do Presidente que afinal mais não disse do que aquilo que devia ter dito. Esta é a nossa opinião, mais nada.

Em relação ao contencioso existente e as dívidas que faltam pagar, o Sr. Deputado ainda tem mais uma oportunidade, será a última antes das eleições, como membro da Assembleia Municipal — depois há-de reunir na Câmara como vereador! — de esclarecer esse assunto, isto é, as dívidas que ficaram para trás fazem parte de um contencioso.

Não há contenciosos aqui!

Relativamente a esta dívida do Sr. Baptista, houve uma carta da parte dele a propor precisamente esta quantia que está aqui. E o Governo Regional nunca pagou, porque entendeu que assim devia fazer. E agora foi preciso o Governo da responsabilidade do Partido Socialista ir a St^a. Maria para pagar essa dívida — 11 mil contos!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu acho que esta questão dos pagamentos está esclarecida, porque uma coisa são dívidas, outra coisa são contenciosos que seguem o seu curso normal e que depois conhecem um fim. E estes chegaram ao fim agora.

Ainda bem que as coisas estão resolvidas, por isso não há mais nada para esclarecer.

O que havia, sim, para esclarecer era a ideia que o Sr. Deputado pretendeu dar aqui erradamente destes dois processos.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Não eram processos, eram dívidas!

O Orador: Eram processos em contencioso, em que as duas partes não estavam de acordo.

Quanto ao Polivalente de St^a. Bárbara, o Sr. Deputado refere o ano de 1985. E eu devo dizer-lhe que nessa altura até foi feito um projecto e depois comprou-se o terreno. Simplesmente o projecto que foi apresentado, em termos de arquitectura, recebeu um parecer da Direcção Regional dos Assuntos Culturais que era contrário ao mesmo, devido à volumetria do edifício a construir no centro da freguesia.

À Casa do Povo foi aconselhado então que arranjasse outra alternativa. Mas o projecto existiu e a obra estava pronta a arrancar.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Não havia era espaço para o colocar lá!

O Orador: Havia sim senhor, o espaço para o edifício. Só que naquela freguesia não se conjugava um edifício com aquela volumetria.

Por isso, tiveram o bom senso de parar esta obra e tentar resolver o problema com a aquisição de um novo terreno, para que se conseguisse uma volumetria menor.

Esta é a realidade e não se deveu à paragem do processo, até porque adquiriu-se uma série de coisas como o terreno.

É exactamente isto que eu refiro no meu comunicado. Ou seja, que o processo não foi iniciado agora.

O que agora se iniciou foi os dois protocolos que foram efectuados na Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, em que fez-se um protocolo financeiro, atirando-se a responsabilidade total da construção para cima das entidades. E algumas delas até nem têm capacidade técnica para ter a seu cargo um processo desta natureza, e nós sabemos bem isso.

Referi também que embora se fale em 245 mil contos para a realização desta obra, o que é certo é que ela pode vir a iniciar-se daqui a 4 anos.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Mas isso era se fosse com um governo do PSD!

O Orador: Não, é porque está dependente do projecto. Nem uma nem outra têm projecto neste momento. Ou seja, fez-se o financiamento sem ter um projecto.

Esta é que é a realidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para esclarecer a última parte da intervenção do Sr. Deputado José Maria Bairos.

O projecto do centro comunitário de Vila do Porto existe, porque eu já o vi. Se calhar o Sr. é que é o único que ainda não teve acesso a ele.

O que faltava era, única e simplesmente, ir lá o técnico da Secretaria Regional da Saúde, a fim de acertar pequenos pormenores.

Portanto, a firma que está encarregue de executar o projecto estava precisamente a aguardar a vinda desse técnico.

Só que o projecto existe e já está feito há anos e segundo as informações que tenho ele vai ser realizado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para um esclarecimento muito rápido.

Este projecto deve existir, da mesma forma como também está escrito no comunicado do Governo que ia ser adjudicada a estrada para o Calhau da Roupa, a qual ainda continua a ser discutida a nível de preços.

Aqui diz "construir a estrada", só que neste momento ainda se discute os custos, porque há um diferendo entre a Secretaria e o empreiteiro acerca dos custos da abertura desta estrada.

Portanto, o caso do projecto de que eu falei anteriormente, deve ser igual a este.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): É para prestar um esclarecimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria só de dizer que segundo as informações que eu tenho, esta obra referida agora pelo Sr. Deputado José Maria Bairos já tem resolução e vai ser construída conforme está no comunicado do Governo.

Presidente: Dando por terminado este debate e antes de prosseguirmos os nossos trabalhos, eu queria chamar a atenção e penitenciar-me perante a Câmara, pelo facto de me ter esquecido que ontem sobraram duas inscrições de um debate que houve na sequência de uma intervenção do Sr. Deputado Manuel Brasil.

Portanto, eu esqueci-me de facto e já me chamaram a atenção para isso.

Assim sendo, estão inscritos para esse debate o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila e o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Acontece, porém, que o Sr. Deputado Manuel Brasil não está presente na Sala, não sei se o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila tem interesse em pronunciar-se.

Se vê que há interesse, tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A minha intervenção tem a ver com o que foi dito nesta Câmara pelo Sr. Deputado João Greves.

V. Ex^a. afirmou as preocupações existentes quanto às lagoas do Corvo. E na ausência do Governo, invectivou pelo menos alguns deputados da bancada que suporta o mesmo, para que se pronunciassem ou dessem alguma achega sobre este problema.

Como eu fiz parte de uma comissão que se deslocou à Ilha do Corvo em Fevereiro deste ano, em que acompanhámos, sentimos e comungámos das preocupações dos corvinos, nomeadamente do Sr. Deputado do PP aquando da deslocação feita ao Caldeirão, tendo conversado depois disso com muita gente durante os dias que lá estivemos, queremos por isso deixar aqui expresso que não é pacífica qualquer solução, dentre as várias que os corvinos apontam para o Caldeirão.

Estou registando nesta Casa apenas a intervenção do Sr. Deputado João Greves, à laia de remoque, a este grupo Parlamentar.

E digo mais: quer a solução já apontada há 2 anos por algumas forças vivas - para não estar a nomear ninguém — de que seria uma caleira que suportaria alguns dos alimentos que poderiam ser considerados os provocadores da eutrofização daquela lagoa, quer o hipotético caminho que faz falta e que será necessário para outras situações semelhantes, embora haja também alguém que nos diga que esse caminho depois de feito poderá servir, no imediato, para os "motoqueiros do Corvo", repito, quer uma quer outra solução preocupa-nos, não está esquecida da nossa parte. E eu,

pessoalmente, estou dizendo que "a carta chegou a Garcia", talvez não pelo "carteiro de Neruda", mas pelo Deputado do Corvo.

Eu digo que estou registando da minha parte o que vi na altura em que estive lá.

Não há soluções definitivas, mas felizmente — e já agora "passo a carta" — está já nesta Casa o Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente que se quiser dizer alguma coisa sobre esse assunto que tem a ver com o Caldeirão, com o ambiente do Corvo, tem a ver com situações para as quais — e digo que é este o meu sentir — não há soluções que ponham os corvinos de acordo entre si em unísono.

De facto, há várias hipóteses, os técnicos podem arranjar ainda outras diferentes.

Presidente: Sr. Deputado, chamo-lhe a atenção para o seu tempo que está a esgotar-se.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente, já termino.

Mas senti isto, feliz ou infelizmente para nós, isso agora não interessa, de que há várias maneiras de encarar aquele problema.

Da nossa parte, que fique claro, de que essa é uma preocupação que continuaremos a ter, até por uma razão muito simples e que toda a gente sabe, ou seja, nós nesta Legislatura não temos qualquer deputado eleito pelo Corvo, mas assim mesmo continuaremos a acompanhar — como sempre fizemos — os problemas daquela ilha. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Embora ontem o assunto tenha já ficado praticamente encerrado, surgiram entretanto novos elementos, nomeadamente uma carta dos "amigos da Caldeira de S. Jorge", na qual põe-se um pouco em cheque o trabalho desenvolvido nesta Assembleia pelos próprios Deputados de S. Jorge.

Eu gostaria de ler algumas passagens dessa carta.

Assim, a dada altura diz-se: "Considerando que os Deputados e o Parlamento são eleitos pelo povo para serem a voz deste;

Considerando que se nota um grande divórcio entre o que prometeram e garantem em épocas de eleições e o seu completo comportamento pós-eleitoral;

Considerando que os Deputados não estão a transmitir no Parlamento o sentir, as aspirações e os anseios do povo.

Nestes termos, os "amigos da Caldeira de Stº. Cristo" vêm propor a V. Exª. que seja concedida autorização a esta associação para fazer uma intervenção no Plenário dessa Assembleia".

Ora bem, eu gostaria de dizer acerca desta carta que eu na minha primeira intervenção no ano de 1992 nesta Casa, falei precisamente dos problemas da Lagoa da Caldeira de Stº. Cristo. Isto em 17 de Novembro de 1992.

Em 26 de Janeiro voltei outra vez a falar deste assunto noutra intervenção.

Em 26 de Março de 1993, novamente falei deste assunto.

Em 24 de Janeiro de 1995 outra vez.

Em 7 de Setembro de novo falei neste assunto.

E ontem voltei novamente a trazer a esta Casa este problema.

Gostaria também de dizer que não fui apenas eu, mas igualmente os outros Deputados de S. Jorge, nomeadamente o Sr. Deputado António Gomes aqui presente, que falou várias vezes sobre esse assunto.

Portanto, parece-me que esta carta não tem a razão que pretende ter.

Era só isto. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era apenas para responder ao meu ilustre companheiro do Pico.

Gostaria de dizer que o carteiro do Neruda era dele e eu sou o carteiro do Corvo, agora não, mas quando acabar as minhas funções aqui até talvez ainda possa vir a sê-lo.

No que respeita às lagoas, pois eu não posso ficar calado perante um assunto desses.

Só que já se passou quase um ano e, infelizmente, nada foi feito sobre isso.

Não me vou meter em questões técnicas, porque não tenho grandes capacidades para discutir nesses termos o problema da lagoa do Corvo.

Mas, realmente, é urgente que se faça alguma coisa ali e ainda nem sequer se tocou nela.

Há muitas coisas que até devem ser difíceis de ser feitas, no entanto tenho quase a certeza de que não iriam contra o ambiente se tentassem dar vida às lagoas que se estão a perder com o assoreamento.

Acho que impedir o assoreamento nas lagoas não é tarefa difícil. E isso de certeza mais tarde vai criar a eutrofização que já começa a aparecer dentro delas.

Era só isto que eu queria dizer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Ainda bem que mais uma vez é equacionado aqui o problema das lagoas da Ilha do Corvo, nomeadamente o acesso ao Caldeirão.

Quanto a este último aspecto, eu diria que de facto essa não é uma questão muito pacífica, porque há pessoas que estão de acordo, há outras que dizem que os "motoqueiros do Corvo" vão para lá, etc.

Quanto a mim, penso que essa situação não seria tão difícil de remediar.

E digo isto, porque o tal acesso teria que ser em ladrilho como antigamente existia, não ia ser uma auto-estrada, como é óbvio.

Aliás, esse acesso até deveria ser reservado, para que uma vez que houvesse — em caso de necessidade — por exemplo, o caso de um animal que tivesse que ser transportado do fundo da Caldeira, nesse caso abrir-se-ia uma cancela com um cadeado ou coisa do género, para que se facilitasse o acesso ao fundo da mesma.

Quanto às lagoas, de facto o meu colega Deputado João Greves tem razão. As lagoas estão a sofrer de eutrofização, há necessidade urgente de tratar-se daquele assunto, porque mais dia menos dia, acabaremos por não ter água na Caldeira.

Portanto, penso que o Governo Regional terá que ter este problema em atenção, para que ele possa resolvido o mais rápido possível.

Para terminar, deixaria aqui um convite ao meu amigo António Gomes de S. Jorge para que, pelos seus meios tradicionais, colocássemos rapidamente as máquinas no fundo da Caldeira.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aqui um problema que está a confundir um pouco a questão do Caldeirão, ou seja, o problema dos ditos "motoqueiros".

Há tanto espaço no baldio do Corvo sem ser o do Caldeirão.

O Caldeirão nem sequer ocupa metade dos baldios do Corvo.

Em valor, realmente tem mais de metade, mas em termos de terreno não chega lá. E não há uma zona naquele baldio em que as motas vão fazer motocross ou coisa do género.

Portanto, isso não é problema para que aquele caminho não seja reparado.

E eu não acredito que haja algum corvino que não queira isso, porque aquele caminho sempre existiu ali desde o início da construção de habitações, foi construído com muito sacrifício, muito trabalho, sem máquinas, sem nada, só porque os corvinos acharam que era necessário ter aquele caminho.

Por isso, é de toda a justiça que hoje aquele caminho seja reparado, quase igual ao que era antigamente, e foi sempre isso que eu defendi.

Eu nunca defendi aqui que queria fazer uma auto-estrada para o Caldeirão, mas sim defendi e vou defender sempre enquanto estiver nesta Casa e que são as aspirações dos corvinos, que se traduzem na reparação do caminho que está lá, para que amanhã qualquer carro ou outro meio de transporte possa transitar ali, não os carros de bois porque eles já não existem hoje em dia em lado nenhum. A não ser que queiram transformar totalmente o Corvo em reserva.

Mas eu acho que o Corvo não vai ser nem reserva, nem parque de índios, ou coisa do género.

Nós temos que actuar de acordo com as necessidades dos tempos actuais.

É isso que eu defendo.

Gostaria ainda de dizer ao meu colega Deputado pelo Corvo que ele sabe muito bem que hoje em dia não se vêem motas a passear pelos baldios daquela ilha nem nada que se pareça.

Por isso o problema do caminho do Caldeirão nunca vai ser os motoqueiros.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Greves:

Dê-me V. Ex^a. pelo menos o benefício da dúvida de que não fui eu que inventei esta situação.

Dê-me pelo menos V. Ex^a. o benefício da dúvida de que eu também me preocupo com esses problemas.

Dê-me V. Ex^a. o benefício da dúvida em como eu respeito aquela gente, tal como respeito qualquer cidadão desta Região que se sinta abandonado em zonas rurais ou em zonas onde os acessos aos meios quer de saúde, quer de comércio, quer em termos de tratar de assuntos governamentais são escassos, porque são problemas que existem ainda em muitas zonas desta Região.

Portanto, que fique aqui bem claro que o assunto não merece muito mais tempo, mas é preciso que se saiba — e o Sr. Deputado sabe disso — que há várias opiniões sobre este mesmo assunto no seio dos habitantes do Corvo.

Deputado João Greves (PP): Eu sei disso.

O Orador: Que fique, por isso, da parte de V. Ex^a. o benefício da dúvida quanto às minhas rectas intenções quando aqui coloquei esta questão.

Muito obrigado.

Presidente: Parece que vamos poder voltar às nossas intervenções.

Tem a palavra para o efeito o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Viver no Pico ou noutra das chamadas " Ilhas Pequenas " faz-nos notar mais os pequenos pormenores, as deficiências e os problemas que noutras ilhas provavelmente não chamariam a atenção.

Como Picoense, atento às necessidades da ilha, revejo-me nas muitas promessas feitas e lastimo a pouca obra realizada.

Na última visita do Governo Regional à Ilha do Pico, o Sr. Secretário da Educação e Assuntos Sociais prometeu e revelou perante as câmaras da R.T.P.-Açores que a cobertura do Convento de S. Pedro de Alcântara iria ser renovada no Verão, como

forma de preservar aquele monumento, enquanto nos deixou na expectativa quanto a soluções para a utilização daquele edifício.

Quanto às utilizações futuras do Convento e às valências a nele instalar, continuamos na expectativa.

Quanto à cobertura prometida, embora fosse uma pequena obra e não a intervenção de fundo, ficámos sem saber a que Verão o Sr. Secretário se referia, mas pela data e forma do anúncio supusemos que fosse o de 97.

Poderão retorquir que já vem de longe a situação. É verdade, mas os problemas da cobertura vão-se agravando desde há 1 ou 2 anos e será necessário ter mais cuidado nas afirmações ou então mais celeridade nas acções.

Porém, começamos a desconfiar pois que, se pequenas promessas, como estas, não são cumpridas, como vamos acreditar na solução das grandes questões?

Até a organização e a funcionalidade do Museu da Indústria Baleeira tem sido uma dor de cabeça, continuando a comunidade sem saber o que será daquela estrutura, desconhecendo também os funcionários até quando serão pagos a recibos verdes.

A ampliação da Escola das Lajes ou a sua nova implantação tem de ser resolvida em tempo útil, não permitindo que uma nuvem de sonho de uma nova Escola invalide a resolução de problemas que são urgentes.

A " completação " (entre aspas) da Escola de S.Roque, também não pode adiar mais tempo a necessidade de recuperação e remodelação do Pavilhão desta Escola, com graves problemas estruturais e funcionais, especificamente a nível das suas valências extra-escolares e comunitárias.

Será também necessário perceber claramente, e em definitivo, qual a política de Saúde para a Ilha do Pico e concretamente se vamos ter ou não os partos nesta Ilha, se vamos ter valências especializadas, e em que moldes, e qual o papel que a estrutura física recentemente criada em S. Roque irá ter, sendo que as populações continuam a ter grandes expectativas a esse nível.

Outra promessa feita foi a de dar a máxima prioridade, dentro da empreitada de infraestruturas em terra do Porto Comercial, à construção do Parque de Retém de Gado, cujo projecto foi consensualizado com todas as entidades ligadas àquela

estrutura, nomeadamente, exportadores, representantes dos lavradores, Serviços de Sanidade Animal, I.A.M.A. e Junta Autónoma do Porto da Horta.

Tal promessa colocava a construção do Parque de Retém a tempo da época alta de exportação de gado (Setembro). As estruturas precárias existentes foram destruídas pelos temporais de Dezembro e as obras do referido Parque ainda não foram sequer iniciadas, existindo neste momento as mais deploráveis condições, que já levaram inclusivé a incidentes pessoais.

A protecção da orla marítima das Lajes leva mais de um ano de estudos laboratoriais concluídos e só agora o Governo avançou com o concurso para o estudo de impacto ambiental.

Por este andar, chegar à elaboração do projecto, sua adjudicação e consignação levará a mais alguns Invernos de agonia para os habitantes de uma Vila que justamente anseia tornar-se ela própria um museu vivo da secular actividade baleeira dos Açores. É sem dúvida importante resolver questões de pormenor, como estas e muitas outras, é natural e humano que todas estas situações e problemas prementes das nossas sociedades façam confluír os grandes esforços de acção e crítica para a sua resolução. Contudo, há sempre uma altura em que temos, não deixando de parte o presente, de reflectir estrategicamente o futuro.

Sem uma estratégia global e globalmente pensada, correremos o risco de ir resolvendo um problema, enquanto um outro surge e a insatisfação se perpetua.

Embora, uma nova geração de responsáveis tenha conseguido ultrapassar alguns bairismos estéreis, temos no Pico uma herança histórica, que nem vale a pena discutir nesta fase. Há apenas que a ter em conta, numa Ilha muito grande e dispersa para a capacidade de riqueza que pode gerar e para as gentes que nela habitam.

O Concelho da Madalena estrutura-se sócio-economicamente sob os auspícios de uma estreita relação com a Horta, transmitindo fluxos para o resto da Ilha e vivendo de uma força comercial sem paralelo local, a par da presença da indústria atuneira e da actividade vitivinícola, com todas as suas influências a montante e a jusante.

O Concelho das Lajes, coloca, com justa razão, grandes esperanças no turismo temático e ambiental e nas indústrias ligadas à agro-pecuária.

O Concelho de S. Roque, depende em muito do sector dos Serviços e particularmente de todas as componentes ligadas ao Porto Comercial, colocando ainda algumas esperanças no turismo ambiental e cultural.

Para toda a Ilha o futuro passará por manter e melhorar a pujança de toda a fileira agrícola e piscatória e apostar fortemente no turismo.

A este nível, a ampliação do Aeroporto é crucial, como forma de credibilizar a oferta e dar azo a alguma massificação da procura.

Por outro lado, a construção do Porto de Passageiros de S. Roque é também fundamental pois que, em conjunto com o Aeroporto, poderá reequilibrar as estruturas e o peso do turismo no Triângulo, espaço cada vez com mais significado no contexto regional e cuja margem de progressão e sucesso será também determinantes na consolidação da oferta geral da Região.

As obras de recuperação dos portos da Praia da Graciosa e de P. Delgada tem tido avanços, pelo menos a saber pelas resoluções do Governo e pelo lançamento de empreitadas, continuando o Porto Comercial do Pico numa fase que julgamos de estudos, passando o tempo previsto para a recuperação dos estragos das calamidades sem que as obras avancem.

Que se aproveitem as verbas das calamidades, mas com celeridade para que a situação não se torne irremediável, não esquecendo os compromissos com o Porto de Passageiros na zona do Cais Velho, inserido nas Calamidades, tal-qualmente outras obras o estão sendo.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de tecer alguns esclarecimentos em relação à intervenção que acabámos de ouvir.

O primeiro prende-se com o Convento de S. Pedro de Alcântara e para dizer que o verão a que fiz referência foi o de 1997.

Infelizmente, a obra ainda não está feita, porque às vezes as coisas não correm tão bem como eu gostaria que corressem. E não está feita, porque aquilo que eu pensei que fosse uma intervenção — e na altura pensava-se isso exactamente — pequena, afinal trouxe consequências muito mais vastas, pois vai implicar a montagem de uma cobertura provisória sobre aquele telhado, antes que o mesmo possa ser retirado, uma vez que não se podia correr o risco de haver uma chuvada durante a fase em que ele estivesse descoberto.

Portanto, vai ser preciso montar (já foi até contratada uma empresa nesse sentido) uma estrutura com uma cobertura móvel por cima da que existe, para depois desmontá-la e fazer o trabalho.

Esse processo já está a decorrer e é minha intenção que ele fique pronto o quanto antes.

Eu realmente gostaria que este serviço já tivesse ficado pronto em 1997. E teria sido possível se os dados de que nós dispúnhamos na altura estivessem correctos. Mas, afinal, é preciso fazer bem mais do que aquilo que se pensava inicialmente.

Por isso, volto a reafirmar a nossa intenção de fazer isso em 1997.

Já foi encontrada a solução e vai fazer-se essa cobertura logo que seja possível.

Relativamente à questão da política de Saúde no Pico, essa é uma questão que está a ser discutida, aliás as propostas estão a circular entre os diversos parceiros nesta matéria do âmbito da reestruturação do Serviço Regional de Saúde, bem como da criação do seu novo estatuto.

Portanto, esta é uma questão que está a seguir o seu curso e esperamos que se consiga lá chegar a breve trecho e esta Casa será também chamada a pronunciar-se sobre isso.

Em relação à questão do museu do Pico, pois esse é um assunto que se prende com a falta de funcionários, há somente algumas pessoas contratadas e apenas para trabalharem durante o verão. A época terminou e agora há, sim, a necessidade de fazer uma nova orgânica daquele museu que terá os seus 3 pólos e é preciso fazer a integração do Museu da Indústria Baleeira. E é preciso chegar-se a um entendimento com a Câmara Municipal de S. Roque do Pico sobre a gestão ou não pela edilidade

daquele espaço, ou então a gestão integrada no conjunto dos outros dois pólos, isto é, o Museu do Vinho e o Museu dos Baleeiros nas Lajes.

É isso que está a ser feito, o assunto não está esquecido, pelo contrário está em progresso.

Em relação à escola das Lajes do Pico, o Sr. Deputado terá a resposta na proposta de Plano que irá ser apresentada a breve trecho aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas é feita de uma maneira séria, construtiva e com o sentido de alertar para algumas questões que já poderiam eventualmente ter tido encaminhamento melhor.

Nesse sentido, e tirando os rumores e ruídos que possam haver nesta Sala...

Deputado João Cunha (PSD): Só se os seus!

O Orador: ... eu queria dizer a V. Ex^a. que não acertou muito bem quando disse que se perdeu tempo com aquilo a que chama de "estudo do impacte ambiental das obras de protecção da orla costeira da Vila das Lajes do Pico".

Se é certo que o Governo em Junho de 1996, aquando da visita efectuada àquela ilha, disse — e é verdade! — que os estudos feitos em modelo reduzido estavam prontos no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, podia pelo menos ter posto a concurso este estudo. Só que não o fez.

Este Governo, depois de ter aprovados o Plano e o Orçamento de 1997, só aí é que ficou em condições de arranjar um pacote, em termos ambientais, para fazer o que fez durante aquele ano, aliás está cumprindo o que prometeu nesta Casa.

Portanto, que não se interprete esta minha pequena achega como algum remoque à intervenção de V. Ex^a., pois até estamos de acordo nalguns pontos.

A resposta dada pelo Sr. Secretário vem também descansar-me e esclarecer-me acerca de algumas dúvidas que eu tinha e até já as tinha colocado noutra sítio que não este, embora concorde que é aqui que estes assuntos devem ser colocados.

É certo que algumas questões poderiam ter tido outro encaminhamento. E aqui eu quero deixar a minha mágoa, porque se se tivesse encontrado outro consenso político-partidário relativamente ao Plano de Médio Prazo apresentado nesta Casa, no tocante ao Pico, as coisas poderiam ter sido bem diferentes. E aqui não vou discutir o que tem a ver com as matérias político-financeiras. Mas também não tenhamos dúvidas de que a proposta constante do P.M.P. deste Governo para os anos de 1997/2000 teria sido **de longe** a melhor que nos foi presente na autonomia. Não houve outra melhor para a nossa ilha.

Agora já passou e "chorar sobre o leite derramado" não interessa.

Portanto, benvindo seja Sr. Deputado Duarte Freitas ao tratamento destas questões, porque terá o meu aplauso sempre que estiverem em causa assuntos sérios, ditos de um modo construtivo, tal como V. Ex^a. acabou de fazer naquela tribuna.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Fernanda Mendes para uma intervenção.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos nós, deputados de todas as ilhas e de todos os partidos políticos, aqui representados, sabemos que a Saúde na nossa Região, tal como no restante território nacional e noutros países, sofre nos últimos anos de uma "doença" difícil de se curar devido a dois condicionalismos intrinsecamente interligados que são os aumentos exponenciais dos seus custos, face à evolução rápida e constante da tecnologia médica e o consequente sub-financiamento de que tem sido alvo a partir de então.

Também é do conhecimento de todos os deputados desta Casa que a situação nos Açores tem vindo a piorar nos últimos 5/6 anos, e que hoje estamos a viver o ponto de quase ruptura entre o equilíbrio possível do referido sub-financiamento e não diminuição dos cuidados a prestar.

Toda a gente conhece os esforços para racionalizar, conter, ou seja, para gerir rigorosamente o S.R.S. que têm vindo a ser dispendidos nestes últimos 3 anos e, neste ano de 1997, sob a égide deste Governo, não se fugiu à regra, pelo contrário, acentuou-se de uma forma tal que as pessoas que estão no terreno, ou seja, nas

Instituições de Saúde prestadoras de cuidados, recearam que se pudesse ultrapassar o ponto de equilíbrio já referido.

Face a esta realidade e às dificuldades sentidas pelos intervenientes no S.R.S. devido à contenção financeira que lhes tem sido solicitada, fiquei deveras surpreendida com o conteúdo da entrevista do líder do PSD/Açores, efectuada antes de ontem, dia 13 de Outubro, relativamente à Saúde, principalmente no que diz respeito à “derrapagem total nas contas da Saúde”.

Perante tal notícia perfeitamente desconexada da ideia contrária e generalizada existente entre os técnicos que trabalham nas Instituições de Saúde, como por exemplo, os responsáveis pela gestão da maior e mais diferenciada Instituição hospitalar da Região, e por essa razão a que maior peso tem nas contas do S. R. S. e cuja “derrapagem seria a derrapagem do sistema”, solicitei ao Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais informação acerca da evolução das contas do S.R.S. durante este ano de 1997.

Como estas contas são geneticamente públicas e transparentes, solicito a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que as faça distribuir por esta Assembleia para que delas tenham conhecimento os Srs. Deputados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da análise dos números apresentados e de uma forma muito sumária, posso referir que em Dezembro de 1996 a dívida era de 4,1 milhões de contos (4.194.752 contos) valor este oriundo das Instituições de Saúde, acrescida de 1,7 milhões de contos (1.700.000 contos) na linha de crédito bancária. Em Setembro de 1997 o valor da dívida oriunda das Instituições, é de 4,5 milhões de contos (4.593.215 contos) acrescida de 1,7 milhões de contos da referida linha de crédito bancária.

Agora pergunto: onde está a derrapagem? Há ou não, só da leitura destes números globais, sinais evidentes de racionalização e gestão séria dos recursos?

Alguns aspectos de pormenor podiam ser aqui descritos para exemplificar o esforço que impera para se conter a dívida da Saúde na Região, mas os números contidos no documento a distribuir falam por si e sobre eles não tecerei considerações de pormenor.

Mas, se esta questão, da dívida é uma das faces da mesma moeda Saúde, a outra é com certeza o financiamento.

Que o líder do PSD-Açores se tenha enganado na leitura dos números ou tenha tido acesso a números errados é uma questão. A outra, é a forma como se referiu ao financiamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já referi, a base do problema da Saúde na Região é o seu já crónico sub-financiamento. Esta é a questão de fundo, já que alcançando-se a gestão otimizada dos recursos, só é possível conter os custos através da diminuição da qualidade e da quantidade de cuidados de saúde a oferecer à nossa população!

Este risco, não vamos correr! Este passo, não vamos dar! Por isso Srs. Deputados o financiamento terá de crescer, evidentemente dentro dos condicionalismos financeiros da Região, mas terá de ser um crescimento no mínimo adequado à situação existente no momento actual.

Quem não aceitar este facto e não reconhecer esta urgente necessidade, estará a rejeitar a evidência da penúria e do ponto crítico que a Saúde tem vindo a viver na Região Autónoma dos Açores.

Esta responsabilidade a todos nós diz respeito!

Disse.

(Aplausos da bancada do PS e do Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr^a. Deputada Fernanda Mendes:

Na sua intervenção fez referências ao líder do PSD nos Açores e, portanto isso não são "negócios da minha lavra". Mas, tendo presente a sequência das intervenções públicas que ocorreram num passado recente sobre essa matéria, eu lembrar-lhe-ia que para além de um requerimento dos Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, seguiu-se uma conferência de imprensa por mim próprio conduzida.

A Sr^a. Deputada faz também referência a uma entrevista do líder do Partido Social Democrata e julgo que, posteriormente, houve uma intervenção do próprio Sr. Secretário Regional.

Naquilo que me diz respeito, Sr^a. Deputada, a tomada de posição que o Partido Popular assumiu relativamente à questão do financiamento do sistema de saúde, teve exactamente origem numa declaração pública feita pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais. Declaração essa que, politicamente, indignou os Deputados do Partido Popular e daí a nossa tomada de posição assumida na semana passada.

É que estamos cansados de um certo "pingue-pongue" — e já o denunciámos várias vezes nesta Assembleia — entre o recordar as asneiras e incapacidades do governo anterior e do PSD, para eventualmente encobrir as asneiras e as incapacidades do actual Governo.

Isto vai-se repetindo sector a sector, dia a dia, em função dos comunicados que o Governo emite e que os ex-governantes e ex-apoiantes do governo anterior discutem e os apoiantes do actual Governo defendem.

Na nossa perspectiva, porque reafirmamos que nada temos a ver com as políticas do governo anterior, nomeadamente os erros, sobretudo aqueles que fomos capazes de denunciar, nem nada temos a ver com as más políticas deste Governo, nomeadamente os erros os quais denunciámos e denunciaremos, tal como aplaudimos e aplaudiremos as boas acções (porque elas existem!), só que também existiram da parte do governo anterior, é portanto com essa postura de princípio que nos tem mantido ao longo dos anos nesta Assembleia e que não podemos deixar de reiterar, seja em que circunstâncias for.

Não nos podemos esquecer da denúncia que foi feita nesta Assembleia de que a administração anterior tinha deixado um buraco financeiro na área da Saúde, nesta Região, de dimensão preocupante e astronómica, digamos assim, para os valores que estavam em jogo. Ou seja, passou de 2 para 3 milhões.

Bem se lembram que nesta Assembleia o PP pediu, insistentemente, ao Governo para que tornasse público e fundamentasse esse buraco e esses valores, para que de uma

vez por todas esse assunto fosse clarificado e até na perspectiva da defesa da nova administração.

Presidente: Sr. Deputado, é só para dizer-lhe que já ultrapassou os seus 3 minutos.

O Orador: Sr. Presidente... não me diga uma coisa dessas!

(Risos da Câmara)

Presidente: É verdade. O relógio assim o diz, não sou eu.

O Orador: Bem, eu espero que alguém me faça uma pergunta para eu poder continuar.

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu tenho reservado para a minha intervenção um desenvolvimento sobre toda esta questão financeira, bem como uma apreciação genérica da acção deste Governo, neste último ano, no sector da Saúde. E para essa intervenção reservarei o desenvolvimento de algumas questões.

Agora, uma coisa é certa: pelas contas que a Sr^a. Deputada Fernanda Mendes fez aqui e mesmo sem prejuízo de tomarmos conhecimento e lermos com atenção os documentos que foram agora entregues e aos quais nós não tivemos acesso, há um factor indesmentível, ou seja, este Governo quando tomou posse no dia 9 de Novembro — e nessa altura tivemos o cuidado de fazer um requerimento para marcar muito claramente o período de transição e virmos a ser julgados no futuro com eternos buracos — em 20 anos de gestão do sector da Saúde, nós tínhamos acumulado uma dívida bruta de 5,3 milhões de contos, que se descontássemos os dinheiros que o Serviço Regional de Saúde tinha que haver dos subsistemas (1 milhão e 200 mil contos), nós tínhamos na realidade um défice de 4 milhões, 750 mil contos — isto a 9 de Novembro!

Em Setembro, temos um défice de 6,2 milhões e foi a Sr^a. Deputada Fernanda Mendes que disse aqui.

No entanto, isto significaria apenas um aumento de 1 milhão ou de 900 mil contos, se o Orçamento fosse exactamente o mesmo, mas não foi!

O orçamento do Serviço Regional de Saúde para 1997, com as transferências do OE, do Orçamento da Região e com as receitas próprias e de empréstimos, são 28 milhões, 667 mil, 549 contos. Ou seja, são mais 5 milhões 370 mil contos do Orçamento do Serviço Regional de Saúde de 1996.

Se eu tivesse o mesmo dinheiro de 1996, teria havido apenas um desvio de 900 mil contos, o que significaria que estaria na linha da gestão anterior. Só que à partida, este Serviço Regional de Saúde teve um orçamento de 28 milhões de contos.

Por consequência, há aqui uma situação muito complicada que não está de modo algum explicada, isto é, com mais de 5 milhões de contos temos o mesmo défice, não temos mais 2 milhões de contos de défice do que em Novembro de 1996.

Isto não é a mesma coisa. Ou então os números não querem dizer rigorosamente nada.

Para além disso, devo dizer que nós não criticamos este Governo por ter dívidas na Saúde. Nós achamos isso um facto normal.

Mais: em determinadas matérias — eu aliás tive oportunidade, aquando da transferência da minha pasta para o meu colega e fi-lo com muito gosto, é evidente que ele não ligou nenhuma ao meu conselho, porque não estava interessado nele — eu acho que é conveniente até que o Serviço de Saúde tenha um défice. É a única forma que o Governo tem de dispor de um poder de reorganização, de pressão sobre os gestores das unidades de saúde, porque qualquer gestor que tenha todo o dinheiro que pede, não vai com certeza fazer gestão.

É evidente que o défice da Saúde é maior do que aquilo que era aconselhável, mas ele terá que existir. E será em determinada medida aconselhável que exista. Porém, nós nunca dissemos em anos anteriores que não haveria dívidas na Saúde.

Foi o Sr. Secretário que disse claramente, e isso foi transcrito pela comunicação social, — e respondendo já antecipadamente a qualquer argumento de que "não fui eu que disse, mas sim a comunicação social", só que se esta diz coisas que os políticos

não querem, então eles que a desmintam — nomeadamente ao jornal "Diário Insular" que o sector da Saúde tinha os pagamentos em dia. Isto foi dito em Julho.

É evidente que, quando passados 3 meses, vem dizer que tem 6 milhões de buraco, as pessoas manifestam o seu espanto, o qual é perfeitamente compreensível!

Para terminar, gostaria de dizer que a Sr^a. Deputada desempenhou muito bem as suas funções de advogada deste Governo, mas o que é certo é que gostaríamos de ouvir a argumentação do Sr. Secretário sobre estas questões e certamente vamos ouvi-la.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta questão do financiamento da Saúde é uma das mais complicadas com que eu me tenho deparado até agora na Secretaria — confesso isso.

Só que há aqui um conjunto de números que eu gostaria que ficasse devidamente clarificado de uma vez por todas, para nós não andarmos sempre a discutir em torno dos mesmos assuntos e com as mesmas incertezas.

No final do ano passado, isto é, a 31 de Dezembro, a situação de gastos — não é a questão da dívida, mas sim aquilo que já estava gasto — para além do que estava orçamentado no Serviço Regional de Saúde, e portanto aquilo que teve que ser pago com o Orçamento de 1997, era 5,9 milhões de contos.

Não se trata, portanto, de uma situação de estar a dever a terceiros, mas sim aquele montante que teve que ser coberto com o Orçamento de 1997.

Quando eu disse em Julho — e fez muito bem o Sr. Deputado em mostrar o jornal — que não havia dívidas, de facto elas não existiam naquela altura, porque nós tomámos uma opção perante empresas que tinham créditos junto do Serviço Regional de Saúde desde, nalguns casos, há 10 e 12 meses, portanto perante empresas que estavam a entrar numa situação extremamente difícil, foi tomada a opção, e por respeito pelos fornecedores do Serviço Regional de Saúde, de antecipar duodécimos do ano de 1997 e pagar as dívidas que estavam para além dos 90 dias e é esse o período que na generalidade dos casos é contratado para o pagamento das dívidas deste Serviço.

Portanto, foi exactamente isso que aconteceu e nós, em determinada altura deste ano, deixámos de ter dívidas, ou seja, deixámos de ter contas com mais de 90 dias para serem pagas.

Só que nós ao termos feito este pagamento, por antecipação, dos últimos duodécimos do ano de 1997, estamos agora a chegar a uma fase em que algumas unidades de saúde — as que têm as suas contas em dia, e são a maioria delas, felizmente! — começam a entrar de novo numa situação em que já não conseguem pagar e, neste caso, os 3 meses já foram ultrapassados, começando a surgir novamente problemas de dívidas por parte do Serviço de Saúde.

Ora, eu não concordo com o Sr. Deputado António Meneses, quando diz que o Serviço Regional de Saúde só pode ser gerido com dívidas.

Nós não podemos fazer isso, porque ao fazê-lo estamos a admitir que nós só poderemos impor disciplina nos nossos serviços à custa do sacrifício dos privados que são os credores. Ou seja, eu para controlar o serviço, vou fazer com que eles devam e que haja pessoas que não recebem o seu dinheiro. Não é isso que queremos.

Portanto, nós temos que controlar o serviço através de mecanismos, os quais estão propostos a esta Assembleia e que têm a ver com a criação de um instrumento de gestão financeira da Saúde, que vai alterar profundamente a estrutura actual dos pagamentos e com medidas de juntar a gestão das unidades coerentemente, porque nós não podemos continuar com a multiplicidade de unidades de saúde que temos neste momento, e todas elas com a autonomia administrativa e financeira, porque depois é evidente que não vamos conseguir exercer um controle de gestão tão apertado como gostaríamos.

Portanto, é esta a situação e não há qualquer derrapagem.

Eu gostaria ainda de lembrar-vos que este ano o consumo com medicamentos já cresceu 14% face ao ano transacto. E quem já esteve muitos anos à frente disto, sabe o que é que custa e quanto é que se gasta em medicamentos.

A massa salarial cresceu 4,7%. E o Sr. Deputado António Meneses também conhece bem a massa salarial da Saúde.

E isto mais do que justifica o aumento que não foi aquele que referiu, porque na verdade, os 5 milhões de contos que apontou são hipotéticos, pois são receitas entre

unidades de saúde, isto é, os hospitais cobram aos centros de saúde e consideram isto como receitas. Mas é evidente que o centro de saúde paga com o dinheiro do orçamento.

Portanto, aquilo que é o orçamento real do sector da Saúde para 1997, é qualquer coisa como 24,8 milhões de contos.

Por isso, tem que fazer contas entre o aumento do número que referiu relativamente a 1996 e este número.

Por outro lado, nesta altura o Serviço Regional de Saúde continua com grandes dívidas de subsistemas.

Presidente: Sr. Secretário está no fim dos seus 3 minutos.

O Orador: Tal como disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu continuarei se alguém me fizer uma pergunta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Retomando o fio à meada, até porque o Deputado António Meneses já citou aqui mais um ou outro aspecto da história deste processo, a questão grave — na nossa perspectiva — foi quando o Governo garantiu a esta Assembleia e ao Povo dos Açores que tinha regularizado a situação do Serviço de Saúde — aqui é que está a gravidade!

Quando o Governo aqui anunciou que tinha antecipado duodécimos, muita gente nesta Casa percebeu que fazer isso não resolve problema nenhum, se não houver reforço de verba.

Antecipar, pagando Janeiro, Fevereiro e Março com as verbas de Setembro, Outubro e Novembro, para nós o problema mantém-se.

Foi essa versão enganadora que o Governo transmitiu.

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o povo ainda acredita nos Membros do Governo!

E a actuar dessa maneira, não é motivo de crédito!

Dizer que está tudo regularizado e dois meses depois vir dizer que afinal existe um buraco de 6 milhões de contos...!

Então dissemos que pegámos num buraco de 5 milhões e agora estamos com um de 6?!

Que credibilidade é que isso dá ao sistema?!

Nós tínhamos dito aqui, aquando da discussão do Plano e do Orçamento, que o acréscimo no Orçamento Regional da verba do sector não chegava a 3 milhões de contos. E foi-nos aqui afirmado que essa verba, adicionada a ganhos de produtividade que decorreriam de uma política de reformas da Secretaria Regional, seria o suficiente para atenuar de forma substancial o défice do sector.

O Partido Popular, nesse capítulo, tem a sua consciência perfeitamente tranquila, porque sempre duvidou dessa boa vontade.

Porém, o Sr. Secretário vem agora confirmar ao Povo dos Açores — há 8 dias atrás — que realmente o buraco é de 6 milhões, aí quase que nos punha todos mal!

Portanto, o nosso papel foi de denúncia e queremos trazê-lo hoje a esta Assembleia.

E dizemos mais: nós, Partido Popular, continuamos totalmente disponíveis para encontrar, com o Governo e com esta Assembleia, a forma adequada e séria de resolver o problema do défice da Saúde.

Nós reiteramos esta oferta que já foi feita há 6 meses atrás e que tinha sido também sugerida ao governo anterior, porque aí nós não tínhamos capacidade de efectivar as nossas ofertas. Oferecíamos por oferecer, por sermos bons!

O governo anterior nunca seguiu as nossas sugestões. Este, além de poder segui-las, pode utilizar a boa fé do peso do Grupo Parlamentar do Partido Popular.

Queria dizer, para terminar, que ainda bem que a Sr^a. Deputada do Partido Socialista pediu esses elementos ao Governo. Realmente é uma Sr^a. Deputada de sorte!

Deputada Fernanda Mendes (PS): Pois sou!

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Eu já pedi elementos ao Governo há meses atrás, não especificamente sobre essa matéria, mas sobre outras muito mais fáceis do que esta, e não consigo receber as coisas em condições.

A Sr^a. Deputada pediu isso a semana passada e já recebeu.

Eu vou encadernar esses elementos, porque eles são preciosos!

Por acaso já vi uma falhinha e só olhei na diagonal. Ou seja, tem o prazo de pagamento às farmácias, por parte do Serviço Regional de Saúde.

Mas já agora, Sr. Presidente do Governo e Sr. Secretário, aproveitava para sugerir idêntico mapa para os laboratórios. É que parece-me que num caso destes, é capaz de haver algum que ainda tenha qualquer coisinha do ano passado, de Janeiro pelo menos!

(Risos da bancada do PSD e PP).

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É nesta perspectiva que na nossa óptica, esse assunto está encerrado, com o pedido expresso de que o Governo Regional apresente nesta Assembleia um plano fundamentado para se resolver a questão da Saúde. E que haja articulação entre o Sr. Secretário da Saúde e o Sr. Secretário das Finanças (que agora chegou à Sala), porque ele estava convencido que tinha resolvido o problema do pagamento ao sistema de saúde com as antecipações que fez, porque ele também comprometeu-se nesta Assembleia. Mas pelos vistos, nós fomos enganados e o Sr. Secretário das Finanças e Planeamento também!

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, quando foi dito nesta Assembleia que as dívidas da Saúde estavam resolvidas, nós já sabíamos que mais cedo ou mais tarde esta questão viria novamente ao de cima.

Por isso mesmo, como já não andamos aqui nem há um dia nem há dois, fizemos um requerimento à Secretaria da tutela, perguntando expressamente quais eram as dívidas no dia 9 de Novembro, quais eram as receitas em falta dos subsistemas — porque é assim que se determina o défice, não só o que se deve, mas sim retirando aquilo que se tem a receber — e perguntando também qual era o prazo médio de pagamento

considerado normal para a Secretaria, para que se tivesse igualmente em conta essa dedução no mesmo défice.

Portanto, desde logo, temos aqui várias respostas.

Temos a resposta de que há sempre um prazo médio de pagamento, logo há uma dívida e aquilo que o Sr. Deputado António Meneses acabou de dizer faz todo o sentido, ou seja, em todas as empresas, em todas as instituições, em todos os governos, em todas as autarquias, há prazos médios de pagamento, porque ninguém paga no dia seguinte o que compra no dia anterior.

Portanto, sobre isso estamos muito à vontade, porque segundo os números dados a conhecer pela Secretaria, a dívida no dia 9 de Novembro era de 3,7 a fornecedores, 1,6 ao BCA, o que perfaz 5,3. Nem mais nem menos!

A isso temos que retirar, também segundo a mesma resposta, 1,2 de receitas dos subsistemas. Logo, estamos já a falar de uma dívida de 4,1.

Eu já nem vou entrar aqui com os prazos médios de pagamento, nem de recebimento, porque vou considerar que os 90 ou 60 dias que o Sr. Secretário referiu, são para cumprir.

Então, se agora estamos a falar de um défice de 6 milhões de contos, está a ver que entre 4 e 6 já vai alguma coisa. E se me disser que os subsistemas não foram considerados, então estamos a falar de 4 para 5 milhões.

Se a isso juntarmos o facto de que o orçamento teve um aumento de 5 milhões, então eu pergunto se isto já não vai em 10 milhões?

É que o Sr. Secretário não pode dizer que o que conta é o dinheiro que o subsistema recebeu. O que conta é o que estava no Orçamento de 1996 e o que estava no Orçamento de 1997.

Isso é que é igual e isso é que é comparável.

Portanto, vamos deixar à Assembleia a consideração e as contas que aqui foram mencionadas, de acordo com os números recebidos pela Secretaria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Menezes*): Sr.

Presidente, Srs. Deputados:

A Sr^a. Deputada elaborou aí um conjunto de contas de somar e de subtrair que não fazem qualquer sentido.

Vamos começar pelo princípio.

Em primeiro lugar, o crescimento do orçamento não foi, infelizmente, de 5 milhões de contos. Se tivesse sido, talvez não tivéssemos o problema que temos agora.

Comparando os dados, devo dizer que o Orçamento em 1996 foi de 24 milhões, 165 mil 903 contos. Em 1997 foi de 25 milhões, 020 mil e 387. São estes os dados.

Portanto, o crescimento foi o que foi, face às contas.

Infelizmente, esse crescimento foi muito pequeno. E essa é que é a causa, no fim de contas, deste problema continuar a subsistir.

E porque é que eu levantei este problema agora?

Levantei-o agora, porque penso que estes números devem ser mostrados. Não se devem esconder números, tal como os senhores fizeram ao longo dos anos.

Eu quero que estes números sejam sempre públicos. E a propósito, a resposta ao vosso requerimento já foi enviada, só que segue um caminho mais comprido do que um pedido directo. Mas se me tivessem pedido directamente, eu ter-vos-ia dado o papel. E posso dizer também que daqui em diante, sempre que queiram alguma informação peçam-na, pois eu dou-vos as contas todas, tenho acesso a elas no próprio dia e, portanto não há qualquer razão para esconder estas contas. Quando o vosso requerimento chegou, ele foi enviado pelos canais próprios, por isso hão-de receber a resposta ao mesmo, ou seja, vão receber a mesma coisa que receberam agora neste plenário.

Relativamente aos números que a Sr^a. Deputada referiu, devo dizer que não há nenhum crescimento de 10 milhões nem nada que se pareça. O défice mantém-se estacionário.

Porquê? Porque existem também nesta altura subsistemas que mantêm uma situação de dívida muito elevada, que tinha que ser reduzida. E, por outro lado, isto que aqui está são as responsabilidades perante os números que receberam, são responsabilidades perante os fornecedores.

Portanto, há dinheiro que ainda não foi recebido e há dinheiro que não foi pago. Ou seja, isto não é o balanço final, porque esse, fá-lo-emos com a data de 31 de Dezembro.

O que eu vos digo agora é que o défice, apesar do aumento dos custos reais que eu referi há pouco e que infelizmente afectam-nos como ao todo nacional, uma vez que são aumentos que nós não controlamos, como por exemplo o crescimento da massa salarial em relação ao qual nós pouco podemos fazer para controlá-lo, apesar de tudo isso — repito — o sub-financiamento manteve-se, a diferença entre aquilo que nós teríamos e aquilo que gastámos — não de dívida, porque estamos aqui a falar de duas coisas completamente diferentes — manteve-se relativamente estável, ou seja, não há nenhuma derrapagem, não há nenhum desastre financeiro na Saúde, há sim o evoluir de uma situação que aliás, conforme disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, era relativamente previsível. E nós quando chegarmos a Dezembro apresentaremos a conta, mas de qualquer maneira as contas estão sempre à vossa disposição.

Portanto, escusam de fazer declarações sem fundamento em contas, pois sempre que queiram podem aparecer lá na Secretaria, as contas são vossas.

Muito obrigado.

Deputado António Menezes (PSD): Isso não é bem assim. Nós somos políticos!

Deputado José Maria Bairos (PSD): O que faltava agora era nós não podermos fazer declarações!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Menezes.

Deputado António Menezes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os números de que nós estamos a falar em relação ao Serviço Regional de Saúde são de 23 milhões, 277 mil, constam do Decreto Legislativo Regional n.º 5/96/A, publicado em Diário da República que é o Orçamento de 1996; e estamos a falar nos 28 milhões, 667 mil que é o orçamento que este Governo apresentou dos Fundos e Serviços Autónomos.

Não estamos aqui a mistificar números, é preciso que se perceba. São números que os senhores apresentaram.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Menezes): Há muita troca aí e mistificação de números!

O Orador: Queira o Sr. Secretário fazer a comparação entre os 28 milhões e os 23, ou só entre os 23 do Serviço Regional de Saúde, das transferências com os 20 milhões, para ver que houve sempre um aumento substancial de dinheiro de 97 para 96.

Na primeira versão, com as verbas totais de 23%, nas transferências do Orçamento de 14,16.

O Sr. Secretário não diga que eu estou a mistificar números, porque eles estão aqui!

O Sr. Secretário se visse o aumento de 95 para 96, iria encontrar 3% no que diz respeito ao Serviço Regional de Saúde.

De 97 para 96, houve um aumento de 14%, no ano em que houve a mais baixa inflação na Região.

Portanto, os senhores tiveram um aumento real substancial.

E ao fim de um ano o défice é de 900 mil contos — e concedo-lhe o benefício da dúvida.

Onde é que estão essas maravilhas da gestão?! Onde é que estava o buraco da gestão anterior?!

Deputado José Maria Bairos (PSD): E o rigor?!

O Orador: Os senhores fizeram claramente pior do que nós!

Deputado João Cunha (PSD): E no fim do ano vamos ver mais!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para também apresentar alguns números que vêm no Orçamento. E já para não falar nas tais receitas próprias que, como já se viu aqui pela discussão ocorrida, são receitas que se anulam a elas próprias, porque é um centro de saúde a pagar a um hospital e vice-versa.

Anulando isso, se formos ver as despesas com a Saúde e Segurança Social que existem nos orçamentos...

Deputado António Meneses (PSD): Não tem nada a ver com isso!

O Orador: .. encontraremos 19,7 milhões de contos; em 94, 20,9 milhões de contos; em 95, 21,2 milhões de contos; ou seja, em termos de despesas efectivas, houve um aumento de apenas 244 mil contos.

Deputado António Meneses (PSD): Está a ver?!

O Orador: Ninguém acredita que aumentando a massa salarial, não aumentam também as despesas de exploração.

Portanto, o que aqui falta é a dívida.

Vemos que em 96, temos 21,8 milhões de contos — aumentou de 95 para 96 os tais 3%, isto é, 600 mil contos.

Ninguém acredita que aumentando a massa salarial, só aumente isto, tendo em conta a inflação e o aumento dos medicamentos por exemplo.

Portanto, o que falta aqui é dívida. Isto é, a dívida foi aumentando paulatinamente, ano a ano e no fundo, quem financiava o Serviço Regional de Saúde eram os privados. Esta é que é a verdade.

Pegando nos números citados pela Deputada Fernanda Mendes, ou seja, em Dezembro de 96, 4,1 mais 1,7 que dá 5,8 milhões de contos, veremos que esta era a dívida, aumentada — tal como referi aqui — paulatinamente.

Mais: as transferências para o Serviço Regional de Saúde foram em 95 de 20,1; em 96 de 20,7; e em 97 — já com o nosso Governo — temos 22,9. Ou seja, temos aqui um aumento de 2,2 milhões de contos.

E aumentou porquê? Devido às dívidas. Porque se se ficasse nos mesmos 20,7, em vez de 16 milhões teríamos 8 milhões, porque são os 2 milhões da dívida que vão aumentando ano a ano.

Aqui é que está a questão verdadeira.

Este Governo pretendeu refrear a dívida. E não se pode pagar a dívida, tal como disse o Deputado Alvarino Pinheiro, num ano.

Em termos de gestão, há 1 ano de transição que é para conhecer os "cantos da casa", há outro ano de transição que é para ver se se consegue pelo menos refrear a dívida e depois haverá 2 ou 3 para pagar a dívida total.

Não se pode de uma vez só fazer tudo isto.

Eu penso que a gestão do Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais está muito bem feita. E se a dívida for paga em 2 anos, acho que está muito bem.

Deputado José Maria Bairos (PSD): O Sr. Secretário é que disse que ia pagar tudo, não fomos nós.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Élavai:

Eu estava para não intervir, aliás já tinha dito que o assunto estava encerrado, mas como o Sr. Deputado teve o "bom gosto" de me citar — e acho que desta vez não foi muito pela positiva — eu não posso deixar de lhe fazer algumas observações.

Eu penso que aquilo que o ilustre colega Deputado aqui referiu, não abona muito para o Sr. Secretário. Quer dizer, aquilo que o Sr. Deputado disse não era bem aquilo que o Sr. Secretário queria.

(Risos da bancada do PSD)

Eu não me importo com nada disso, pois como diria a história do outro "isso não é nada meu"!

(Risos da bancada do PSD)

Agora, nós estamos aqui a fazer um esforço para perceber a política do Sr. Secretário. Pensávamos todos, eu pelo menos pensei, que tínhamos percebido. Mas na semana passada fiquei cheio de dúvidas.

Hoje, o Sr. Secretário deu aqui um determinado enquadramento a essa questão.

Aquilo que o Sr. Deputado acabou de dizer, não coincide rigorosamente com a esperança que nós tínhamos em relação às afirmações do Sr. Secretário.

É nessa perspectiva que eu já agora gostaria de ouvir o Sr. Secretário relativamente à tese do Sr. Deputado Élavai. Porque acho que é fundamental saber se o Governo está rigorosamente de acordo com a tese do Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou aproveitar esta oportunidade, e uma vez que o Sr. Secretário da Educação manifestou aqui a sua boa intenção de responder directamente às nossas perguntas em vez de ser através de requerimentos, o que não deixa de forma alguma de ser estranho, até porque recordo que no mês de Maio por altura da discussão do Plano e Orçamento, quando esta bancada por várias vezes colocou questões à bancada governamental às quais os Membros do Governo não responderam, o Sr. Presidente do Governo dizia "façam requerimentos", portanto aproveitando — repito — esta boa intenção do Sr. Secretário, e para evitar fazer um requerimento e estar 5 meses à espera, como tem sido prática corrente, e isso é quando respondem — há alguns deles que têm mais de 5 meses e que ainda não foram respondidos — eu vou colocar uma questão ao Sr. Secretário da Educação e Assuntos Sociais.

Na última sessão legislativa o meu colega de bancada Deputado Madruga da Costa falou aqui sobre o Hospital da Horta e, nomeadamente sobre a obra dos cuidados intensivos.

O Sr. Secretário, na altura, referiu que tinha sido autorizada a abertura do concurso no conselho de Governo da Povoação que, tanto quanto me recordo, ocorreu no decurso do 1º quadrimestre deste ano.

Até agora, ainda não houve a abertura desse concurso.

Assim sendo, gostaria de perguntar-lhe qual a razão porque até agora ainda não foi aberto esse mesmo concurso para a realização das obras naquele sector hospitalar? E se prevê qual a data para a abertura do mesmo, uma vez que já lá vão mais de 5 meses e este é de facto o Governo **que resolve as coisas mais rapidamente**, tal como foi anunciado pelo Sr. Presidente do Governo há bem pouco tempo nos órgãos de comunicação social.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): E muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começando pela ordem cronológica das perguntas, e em relação ao que disse o Sr. Deputado Élavai, pois ele expos a evolução orçamental para o ano de 1998. E, portanto, ainda há aqui alguns aspectos que terão que ser vistos.

Passando à pergunta seguinte, devo referir que o conselho de Governo da Povoação ocorreu no dia 4 de Julho, não foi no 1º quadrimestre. Nesse conselho de Governo foi decidido lançar essa obra.

Anteontem, tive o gosto de estar no Hospital da Horta e uma das coisas que lá se falou foi que o lançamento seria feito hoje ou ontem, porque eles já tinham tudo pronto para o efeito.

Portanto, a resposta à sua pergunta está dada.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD).

Presidente: Voltamos às nossas inscrições e para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Menezes.

Deputado António Menezes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Infelizmente ou felizmente, este capítulo da Saúde ainda não está esgotado, mas a culpa não foi minha, porque já estava inscrito quando a Sr^a. Deputada Fernanda Mendes antecipou-se, gerando-se a partir daí algum debate sobre esta matéria, no entanto entendo que a minha intervenção não está prejudicada. E, assim sendo, vou lê-la com muito gosto nesta Assembleia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Compete a esta Assembleia e aos Srs. Deputados acompanhar a acção do Governo e o bom andamento dos assuntos que digam respeito à Administração Regional.

Os Deputados eleitos pelo PSD têm tido, ao longo deste 1º ano de governação do Partido Socialista, o papel que lhes cabe como representantes de muitos milhares de açorianos que neles confiaram e com empenhamento, dedicação e de uma forma responsável no Plenário, nas comissões, junto da população e das forças vivas dos Açores, têm desenvolvido a sua acção de oposição, acção indispensável numa

democracia que pretendemos moderna e consolidada por 20 anos de exercício de liberdade.

Toda a actuação do Governo, na sua globalidade como sectorialmente, tem sido objecto da nossa acção.

Hoje iremos fazer a nossa intervenção sobre um dos mais importantes sectores da acção governativa que é o sector da Saúde.

Deliberadamente, entendemos ao longo deste período que sem prejuízo do acompanhamento que foi sendo feito através de requerimentos e de contactos com profissionais, bem como empresários que trabalham no sector, deveríamos dar um período de graça suficientemente largo ao novo Secretário, para que ele próprio conhecesse o sector e começasse a governar.

Na verdade, durante quase 1 ano, ficámos a aguardar com expectativa a nova política e as novas medidas. Em vão. A desilusão é generalizada.

Não é surpresa para nós que esperávamos, principalmente depois da fusão dos sectores da Educação e da Saúde, para os profissionais, para a população e para muitos socialistas sinceros, que embalados nas promessas de facilidades de quem não tem a devida experiência e julga que tudo sabe e pode, vêem no curtíssimo período de 11 meses ruir as suas esperanças e a queda de mitos de pés de barro.

Temos que reconhecer que o actual titular responsável pela Saúde tem pelo menos o mérito de saber tirar partido da comunicação social.

Em conferências de imprensa periódicas, com aparições discretas e posturas aparentemente humildes, tem gozado — segundo parece — da simpatia da opinião pública como, segundo se diz, é demonstrado por supostas sondagens.

Mas, atenção: pode haver muitos jornalistas distraídos ou seduzidos, porém aquilo que se diz em público fica dito e haverá sempre alguém atento para, nas devidas alturas, chamar a atenção e confrontar o Sr. Secretário com aquilo que ele próprio disse ou prometeu e esta é uma das primeiras lições que deve aprender qualquer político.

É sobre essas declarações e promessas, tão só, que iremos fazer a nossa intervenção.

Anunciou o Sr. Secretário, pomposamente, aquando do balanço dos primeiros cem dias do Governo, que tinha tomado mais de duzentas medidas nesse período. Falta saber quais, porque apenas se conhecem uma escassa dúzia.

Seguidamente, prometeu que o diploma que reveria o Serviço Regional de Saúde, estaria pronto até Junho. Junho já passou e só agora, segundo parece, foi entregue a esta Assembleia.

Em 8 de Julho, em entrevista ao jornal "Diário Insular", o Sr. Secretário faz declarações bombásticas...

Deputado Eugénio Leal (PSD): É verdade!

O Orador: ... diz que tem duas dezenas de diplomas que já tendo passado pelo Governo, viriam em breve para esta Assembleia. Estamos quase no fim do ano e ainda não temos conhecimento de tão volumoso pacote legislativo.

Disse também que, de forma clara e peremptória, os atrasos nos pagamentos aos fornecedores ao Serviço Regional de Saúde iriam deixar de existir.

Que seria criado um instituto que centralizaria a gestão financeira, para evitar as "derrapagens" do orçamento.

Que os aumentos das verbas do Orçamento Regional para o Serviço Regional de Saúde e a boa gestão, iriam eliminar os atrasos, tendo na mesma altura dito que já tinha pago o que estava em dívida da anterior gestão.

Durante o 1º semestre o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais tomou algumas medidas **sociais** para o sector que, em princípio, aparentavam ser globalmente positivas.

Trazem, é certo, mais encargos ao sistema, mas no contexto das declarações que na altura foram feitas, pareciam justificadas e perfeitamente suportáveis sob o ponto de vista financeiro.

Refiro-me, concretamente, ao aumento das comparticipações nas deslocações e alojamentos dos doentes, dos medicamentos gratuitos para idosos que afinal não eram para todos, mas apenas para os que têm o rendimento mínimo, o novo regime de deslocação de médicos às ilhas onde não exista hospital, apesar de ser reconhecido pelos especialistas que enferma de incorrecções técnicas graves e mesmo de ilegalidades. E aqui nesta Casa, deputados da oposição do Corvo, das Flores e de Stª.

Maria queixam-se de que continuam a faltar especialistas nessas ilhas, para dar andamento às necessidades, para além do já célebre despacho que pretendia rever o regime do trabalho extraordinário e o regime de prevenção dos serviços de saúde, estabelecendo a data de 15 de Junho para os conselhos de administração fazerem as suas novas propostas que o Sr. Secretário — penso que com alguma ingenuidade — esperava que viessem a poupar 2 milhões de contos nas despesas de pessoal do Serviço Regional de Saúde.

Pelo que sabemos, e em relação a esta última medida, "saiu-lhe o tiro pela culatra"! A reacção dos profissionais e dos serviços foi de tal forma, que nem se respeitaram os prazos, nem se corrigiu coisa alguma. Antes pelo contrário, não só não se poupou dinheiro, como em vez disso se aumentaram encargos com novas situações de trabalho extraordinário.

Brilhante tentativa, ainda mais brilhante a retirada!

Entretanto, passa-se o verão inteiro sem qualquer acção da Comissão Regional de Luta Contra a Sida e a Comissão Regional do Plano de Saúde vegeta sem orientações e marca passo.

Acompanhávamos a situação, perante aquelas declarações do Secretário Álvaro de Menezes, e ficámos convencidos que poder-se-ia não fazer muito em termos de Saúde, mas pelo menos os pagamentos e a situação financeira do Serviço Regional de Saúde estariam sob controle.

Na verdade, no Orçamento para 1997, o Serviço Regional de Saúde foi dotado de uma verba nunca vista e teve, em relação a 96, o maior aumento anual em muitos anos. Tendo passado de 23 milhões 297 mil contos, para 28 milhões 667 mil, o que significava mais 5 milhões e 370 mil contos, correspondentes ao aumento de 23%. Por outro lado, as transferências do Orçamento Regional para o Serviço Regional de Saúde passavam de 20 milhões 123 mil contos, para 22 milhões 974 mil contos, isto é, um aumento de 16%. Isto num ano em que os aumentos de preços e inflação foram os mais baixos de sempre.

Porém, durante o mês de Agosto começaram a chegar ao nosso conhecimento atrasos a alguns fornecedores que pensávamos serem situações pontuais.

Até que na já célebre *entrevista de balanço* feita em Angra do Heroísmo no passado dia 1 de Outubro, apenas 3 meses depois da atrás referida entrevista de Junho, o Secretário da Educação e Assuntos Sociais, com a maior desfaçatez deste mundo e como se fosse uma coisa perfeitamente natural, declara com ar inocente que as contas da Saúde estão em derrapagem e têm um défice superior a 6 milhões de contos. Alvitrando a alguns responsáveis da Administração que o défice pudesse chegar aos 8 milhões no fim do ano. Ou seja, em 11 meses de Governo, conseguiu-se a triste proeza de, com mais 5 milhões e 300 mil contos no Orçamento, ter um défice superior ao que os anteriores governos acumularam ao longo de uma gestão de 20 anos.

Segundo elementos fornecidos por este Governo, em resposta a um requerimento feito pelo PSD, o Governo afirmava que à data do início das suas funções, as dívidas eram de 5 milhões 950 mil contos, tendo a haver dos subsistemas 1 milhão e 200 mil contos, ou seja, o défice líquido herdado dos Governos do PSD era de 4 milhões 750 mil contos.

Estamos assim, infelizmente, por mais que queiramos esconder, perante uma situação de grande gravidade e de total descontrolo do sector.

As administrações das unidades de saúde não têm directivas e há desnorte e desorientação.

Os profissionais estão descontentes, alguns deles até socialistas de longa data.

Os empresários dizem a quem os quiser ouvir, que nunca houve uma situação tão grave como esta. E que as declarações do Sr. Secretário feitas em Julho, de que não haveria mais atrasos nos pagamentos da Saúde só, os prejudicavam nas suas relações com as empresas fornecedoras de medicamentos, pois estas passaram a exigir-lhes os pagamentos em prazos mais curtos, com aquele argumento e pelas expectativas que foram então criadas.

O Secretário da Educação e Assuntos Sociais é, sem sombra de dúvida, o principal responsável por esta situação!

E não se pode queixar de não lhe terem dado as condições necessárias!

Pedi mais dinheiro para o orçamento do Serviço Regional de Saúde e foi-lhe dado!

Pedi a antecipação de muitos meses de duodécimos - cinco ou seis - e o seu colega das Finanças, de boa fé e convencido que o problema ficaria resolvido, deu-lha. Já deve estar agora arrependido por ter posto tanto dinheiro de uma só vez nas mãos do seu colega.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Não estou não senhor!

O Orador: E que faz, entretanto, o Sr. Secretário...?

Dá um salto em frente. Não satisfeito pede mais dinheiro!

Diz que precisa de mais 25 milhões de contos para investimento em estabelecimentos de ensino e que precisa aumentar de 28 milhões para 32 milhões o orçamento para a Saúde.

Assim, meus senhores, é fácil gerir.

Pede-se mais dinheiro, sem cuidar de saber se é possível ou não. E se não lho derem, a culpa não é dele, mas sim do Governo ou do seu colega das Finanças!

A isto chama-se **camaradagem e solidariedade** com os outros membros do Governo!

Por este caminho, este Governo não irá longe!

Se o Presidente do Governo Carlos César permitir atitudes destas e não tiver mão nos seus Secretários!

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Penso que anda a ver muitos "Donos da Bola"!

O Orador: As funções, Sr. Presidente do Governo, da Região no exterior são muito importantes - todos nós reconhecemos! Mas era conveniente que o Sr. Presidente olhasse um pouco mais para dentro de casa e para dentro do seu Governo.

Estamos por isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, perante um falhanço político na gestão do sector da Saúde e na gestão do sector financeiro — a expressão não é nossa. Mas adoptando-a, diremos que esse falhanço se deve à inexperiência, a um infundado estado de auto-suficiência inconsciente, a atitudes irresponsáveis e imponderadas, não se medindo as consequências do que se diz ou promete e a uma maquilhagem permanente das insuficiências e dos problemas, onde o que parece ser mais

importante é o cuidar da imagem e da sua popularidade, do que resolver os problemas e tomar conta do sector que lhe foi atribuído.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Temos a noção de que as críticas que acabámos de fazer são fortes, mas correspondem à verdade. E não somos só nós que as fazemos, o que poderia até ser suspeito.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): E é suspeito!

O Orador: São também os partidos políticos, os profissionais do sector, são os empresários que fornecem o Serviço Regional de Saúde, é a população em geral, que afinal viu goradas as promessas "do céu e da lua" que lhe fizeram e que acaba por pagar mais dos seus impostos para um sistema que está pior do que estava.

Lamento dizê-lo, mas na linha do que afirmou um dirigente de um sindicato de professores, este Secretário que não merece um Óscar na sua actuação na área da Educação...

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Não merece um Óscar mas merece um **César!**

(Risos da bancada do Governo)

O Orador: ... talvez mereça, infelizmente, na Saúde um Óscar por em tão pouco tempo ter suscitado um tão largo consenso sobre a sua incapacidade para gerir um sector como o da Saúde e o ter levado quase à pré-falência!

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta intervenção que acabámos de ouvir, face àquilo que foi dito anteriormente, face àquilo que é a realidade e face àquilo que as pessoas sentem, mostra a forma de desligamento da realidade em que vive o Sr. Deputado António Meneses.

(Risos da bancada do PSD)

Na verdade, em tudo aquilo que ele disse eu não consegui reconhecer nada do Serviço Regional de Saúde, nem consegui reconhecer nada da minha própria actividade. Realmente o Sr. Deputado deve estar a falar de outro mandato, de outro Menezes, não deve estar a falar de mim com certeza!

(Risos da bancada do PS)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Aquilo que está a ser feito no Serviço Regional de Saúde é um trabalho difícil e é um trabalho complicado.

Falou o Sr. Deputado na medida de reestruturação de trabalho extraordinário. E eu devo dizer que ela não levou a qualquer aumento.

Deputado António Meneses (PSD): E a uma redução levou?

O Orador: Levou a alguma redução.

Deputado António Meneses (PSD): O Sr. há-de mostrar isso!

O Orador: E vai levar a uma muito maior redução, porque conforme eu disse na altura, e o Sr. Deputado já que andou a ler tanto sobre estas questões, talvez não tenha lido com a devida atenção tudo o que foi referido. Mas eu devo adiantar que este é um conjunto de medidas de reestruturação. Medidas essas que passam por desfazer o serviço ingovernável que o Sr. Deputado, enquanto Secretário, nos deixou.

O Sr. Deputado criou um serviço com unidades desconexas, unidades que não têm qualquer ligação entre si, unidades que passam uma boa parte do seu tempo a facturarem-se umas às outras.

É hospitais a prestar serviços a centros de saúde e vice-versa.

Unidades que são uma confusão burocrática e impossível de gerir.

O Sr. deixou-nos um serviço que precisa de ser feito de novo. Essa é que é a realidade.

Portanto, este serviço, nas actuais circunstâncias, nunca poderia funcionar bem.

É verdade que eu gostaria que a reestruturação já estivesse feita. Só que ainda não foi possível.

Deputado António Meneses (PSD): Mas apesar de tudo, o Sr. consegue sempre governar!

O Orador: De qualquer modo, os diplomas estão agora a seguir o seu percurso e lá chegaremos.

Espero que com o Orçamento de 98 seja possível pô-los em vigor ao mesmo tempo.

Aí sim, veremos as alterações. Aí sim, veremos aquilo que nós queremos fazer.

Nesta altura, nós continuamos a gerir o serviço que o Sr. nos legou e que serviço este!

Portanto, os problemas que nós estamos a enfrentar agora, derivam da estrutura que daí derivou particularmente.

No ano passado, o serviço estava sub-orçamentado em 5,9 milhões de contos, dinheiro esse que foi preciso retirar deste ano, porque nós não quisemos fazer como tinha sido anteriormente feito, isto é, deixar os fornecedores por pagar.

Quando eu disse que as dívidas que os senhores deixaram estavam pagas em Julho, estavam mesmo. Agora, infelizmente, é que começam a surgir novamente unidades de saúde que não conseguem pagar, porque tiveram que pagar a dívida antes. Mas mesmo assim, eu posso dizer-lhe que, neste momento, nós estamos numa situação bem melhor perante os fornecedores do que aquela que nos foi legada.

o Sr. Deputado veja a tabela que aí está e veja as percentagens que dela constam, para ver o disparate que estive a dizer!

Portanto, não venha para aqui com questões demagógicas de anúncios disto ou daquilo!

Eu tenho pautado o meu trabalho não pela procura de imagem - e este é um assunto que aparentemente o preocupa - mas eu não tenho andado a procurar melhorar a minha imagem, não é isso que me interessa, mas sim prestar o melhor serviço possível com um bom trabalho.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: E não estou aqui preocupado com a continuação das minhas funções, porque felizmente tenho o meu lugar e tenho a minha vida.

Por isso, não é essa a situação, Sr. Deputado!

Deputada Berta Cabral (PSD): Toda a gente tem!

O Orador: Portanto, há questões que têm que ser vistas de outra forma.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito breve, para dizer que se a minha intervenção teve algum mérito, ele foi o de vermos que o Sr. Secretário reage finalmente com entusiasmo e com paixão, ao contrário do que muitas vezes faz com esse tom morno que mal o conseguimos ouvir. É natural, porque o Sr. Secretário foi criticado.

Fizemos um discurso de oposição perante o qual o Sr. Secretário reagiu. Portanto mostra que tem alma!

Temos um Secretário com alma, muito bem!

Deputado Mark Marques (PSD): Até que enfim!

O Orador: Quanto à questão da herança, o Sr. tem um ano para alterar isso, portanto altere!

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): E garanto-lhe que vou alterar!

O Orador: Só que num ano que já passou eu não vi nada, isso é que é um facto!

Em relação ao facto da situação estar melhor, o Sr. pergunte aos empresários que são fornecedores do Serviço Regional de Saúde. Aliás, penso que o Sr. Presidente do Governo vai ter essa oportunidade na... longuíssima deslocação e visita que vai efectuar à Ilha Terceira, aonde poderá conversar com a Câmara do Comércio nomeadamente, e verá qual é a opinião deles.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai para uma intervenção.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Foi uma delegação desta Assembleia a S. Tomé e Príncipe participar num Seminário sobre temas económico-financeiros, a convite da Assembleia Nacional de S. Tomé e no qual participou, igualmente, uma delegação da Assembleia da República.

Como elemento dessa delegação, gostaria de comunicar a esta Câmara, à semelhança do que já fiz na Comissão de Economia, algumas impressões que ficaram desta visita.

Um pouco de história e geografia para nos situarmos.

S. Tomé e Príncipe é um país com cerca de 120 mil habitantes, sendo perto de 4 mil na Ilha do Príncipe. A área da Ilha de S. Tomé é de 860 Km², um pouco maior (100Km²) que a Ilha de S. Miguel; e a Ilha do Príncipe com cerca de 140 Km², é semelhante à Ilha das Flores. A língua é o Português e a moeda é a dobra, mas utiliza-se mais o dólar e o escudo e disseram-nos que também o franco francês.

O clima é tropical e a temperatura varia entre os 22 c° e 32c° com uma humidade bastante elevada, tal como nos Açores e até um pouco mais.

Na Ilha do Príncipe, que se situa a 150 Km a norte de S. Tomé, o clima é ligeiramente mais húmido. É uma ilha cheia de vegetação, transbordante de verdura e rodeada de pequenas praias maravilhosas cada uma mais bonita que a outra.

Uma curiosidade: é que foi nesta ilha que foi tirada a célebre fotografia do ex-Primeiro-Ministro Cavaco Silva a subir a um coqueiro.

(Risos da bancada do Governo)

É um país pacífico, os seus habitantes são conhecidos pela sua calma, pouco agressivos, e muito diferentes por isso dos seus vizinhos da África Continental.

Quanto aos meios de transporte, não existem autocarros, e os taxis estão todos agrupados numa praça junto ao mercado, donde partem para diferentes zonas da ilha quando estão completos. Há pelo menos uma empresa de aluguer de viaturas do tipo 4X4.

Quanto à Assembleia Nacional:

Funciona no edifício do Palácio dos Congressos na cidade de S. Tomé e tem 55 deputados (27 do MLSTP/PSD, 14 do PCD e 14 da ADI)

A Assembleia Nacional de S. Tomé reúne em sessões extraordinárias duas vezes por ano. Portanto, uma legislatura compreende 8 sessões legislativas, cada uma com a duração de 4 meses. O período normal de funcionamento decorre de 15 de Abril a 15 de Agosto e de 15 de Outubro a 15 de Fevereiro.

As reuniões do plenário realizam-se habitualmente às Terças, Quintas e Sextas-feiras. É frequente as comissões reunirem noutros dias, em função das necessidades.

Fora do período de funcionamento efectivo da Assembleia Nacional de S. Tomé, durante o período em que ela se encontrar dissolvida e nos restantes casos previstos na Constituição, funciona uma comissão permanente composta pelo presidente, dois vice-presidentes e doze deputados.

A Ilha do Príncipe é uma Região Autónoma do País e é de realçar o aspecto democrático da constituição do seu governo regional, pois sendo a Assembleia Regional constituída apenas por 7 deputados e todos do mesmo partido, o MLSP/PSD, o presidente do governo regional convidou um independente e um elemento do partido da oposição para fazerem parte do seu governo que é constituído por 5 elementos.

Para além do presidente da Assembleia, tivemos contactos e fomos recebidos pelo Presidente da República, pelo Primeiro-Ministro e, na ausência do embaixador português, pelo encarregado de negócios da Embaixada Portuguesa e ainda pelo Presidente do Governo e da Assembleia Regional do Príncipe, bem como pelo Director do Centro Cultural Português.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Seminário sobre temas económico-financeiros, decorreu nos dias 23 a 26 de Setembro, tendo sobressaído os debates sobre os assuntos relativos à elaboração, aprovação e fiscalização do orçamento geral do estado.

Ficámos então a saber, e quanto ao processo de elaboração do OGE, que até 30 de Junho os diversos departamentos governamentais devem enviar o ante-projecto orçamental das despesas para o ano seguinte ao Ministério das Finanças e este deverá

apresentar o orçamento à Assembleia Nacional até ao dia 15 de Agosto, mas estes prazos não têm sido prática corrente em S. Tomé e Príncipe pois, segundo se ouviu dizer, ainda não existe orçamento para 1996.

Ficámos a saber ainda que: a causa principal dos prazos não serem cumpridos é atribuída à instabilidade política e governativa que leva à debilidade da autoridade no estado e que se reflecte também na administração pública, pois não há carreira na mesma.

Que há descoordenação total entre os sectores orçamental e monetário e que os défices crónicos têm sido cobertos pela criação da moeda do Banco Central.

Que a inflação anda à volta dos 50 a 60%.

Que antes os deputados ganhavam cerca de 1 dólar por mês, mas que agora, com a reestruturação que houve, passaram para 200 dólares por mês.

Que antes o salário mínimo dos funcionários públicos era inferior a meio dólar e que agora anda à volta dos 2 dólares.

Que havia um programa ambicioso de investimento público nos sectores básicos da economia, construção, energia, bebidas, pescas, etc., mas não teve resultado significativo, não teve o sucesso que devia ter, devido a alguns factores de entre os quais enumeraram os seguintes: má gestão, tomada de decisões infundadas, baixa produtividade da mão de obra e falta de mão de obra especializada.

Que esse plano de investimentos era da ordem dos 20 milhões de dólares, ou seja, 3,6 milhões de contos (cerca de 10% do nosso plano de investimentos). De referir, no entanto, que o Banco Mundial não aceita valores muito superiores de investimento público, pois dado os rácios de investimento sobre o PIB, acha que S. Tomé e Príncipe não tem capacidade para mais e, portanto será difícil conseguir mais financiamento nos países amigos.

Que 35% desse investimento se destina à Agricultura e Pecuária, 17% para a Educação, 15% para a Saúde, 17% para a Energia e 5% para Transportes e Comunicações.

Que o financiamento desse investimento se faz, sobretudo, através da componente externa (93%, sendo 50% de donativos).

Que é difícil também haver investimento privado sem o estado investir na Saúde e Educação, pois entre 20 a 25% do absentismo da mão-de-obra é por causa do paludismo e não há mão-de-obra qualificada, porque não há ensino básico.

Que o PIB de S. Tomé e Príncipe, em 1995, era de 40 milhões de dólares (7,2 milhões de contos), ou seja, o PIB per capita era apenas de 57 contos e 600 (6% dos Açores).

Que a dívida externa de S. Tomé e Príncipe era, em 1996, de 283 milhões de dólares, ou seja, cerca de 52 milhões de contos.

Permitam-me que cite ainda um pequeno excerto duma intervenção no Seminário e que dá uma breve panorâmica das dificuldades económicas por que passa S. Tomé e Príncipe.

Passo a citar:

"Logo após a independência, com a nacionalização das roças coloniais, teve-se a ilusão de que seria possível gerir o sistema produtivo herdado, que consistia na monoprodução de cacau. Até 1980, registaram-se resultados positivos, graças aos bons preços no mercado internacional, resultantes dos problemas na produção do Brasil, pelo que houve aumentos nas receitas da ordem dos 300 por cento durante esse período. A partir de 1981, a economia apresenta resultados negativos e entra numa fase de declínio, com baixa da produção agrícola, motivada por um lado, por uma base produtiva muito velha e não renovada por falta de investimentos e, por outro, como resultado das deficiências na gestão técnica, agravada pela contínua queda dos preços do único produto de exportação que era o cacau.

Para ilustrar a gravidade da situação no sector da exportação, basta dizer que mesmo que S. Tomé e Príncipe produza hoje 12 mil e 300 toneladas de cacau, o que corresponde à mais elevada produção dos últimos 50 anos (1944), equivale a cerca de 3 vezes a produção actual, ao preço médio dos últimos dez anos, a Balança Comercial continuaria deficitária. A conclusão simples a que se chega é que é preciso, e com urgência, encontrar outras actividades complementares geradoras de riqueza e viradas para a exportação e que podem ser, entre outras, o turismo, a pesca, as actividades francas e off-shore e a exportação de hidrocarbonetos" — fim de citação.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi uma grata experiência ter participado nesse Seminário. Como insulares que também somos, compreendemos talvez melhor as suas necessidades e os seus problemas de acessibilidades e de dimensão de mercado.

Com o conhecimento adquirido deste país, poderemos ser defensores da solidariedade, da necessidade de ajudas e de valorização dos seus recursos e potencialidades aí existentes, assim como do seu direito ao desenvolvimento e do bem-estar das suas populações.

Disse.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier para uma intervenção.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A brusca alteração dos climas sempre produziu no Planeta mudanças e adaptações profundamente dolorosas nos seres vivos. São muitos os que acreditam e defendem que estamos a viver uma destas alterações climáticas. Se assim o é, preparemo-nos para alterações radicais na forma como utilizamos a energia, nomeadamente na forma como nos transportamos, como aquecemos ou produzimos bens.

As emissões de gases poluentes, como as de dióxido de carbono e as de metano, têm tido um aumento de tal ordem que nos é impossível, de uma forma séria e honesta, negar que o clima está a mudar por acção intensiva e descontrolada das nossas actividades poluidoras. As consequências são temerosas e imprevisíveis, embora a comunidade científica, desde há muitos anos, nos venha chamando a atenção para este perigo. Muitos dos seres vivos, entre eles o Homem, serão refugiados do ambiente do seu próprio Planeta e outros extinguir-se-ão por serem incapazes de se adaptarem a tão bruscas mudanças.

A emissão de gases poluentes, o buraco do ozono, a biodiversidade, os ecossistemas, o desenvolvimento sustentável, e a solidariedade planetária são questões que para alguns são sérias preocupações, para outros, e entre eles muitos governantes, não passam de matéria susceptível de oportunismos circunstanciais. E são muitos aqueles

que, e que me perdoem a expressão, se "estão nas tintas" para as mudanças climáticas, desde que não lhes estraguem o fim de semana ou não lhes ponham em causa o projectozinho do seu partido de se manter no poder ou de conquistar os castelos ainda na posse de forças políticas de outra cor.

Se, para muitos, estamos a viver um período de mudança climática causada em larga medida pela actividade humana poluidora, para outros, e talvez na intenção de acalmar os espíritos mais alarmistas ou, quem sabe, para justificar a incapacidade e a morosidade das acções dos responsáveis, preferem enquadrar estas alterações climatéricas planetárias num regime cíclico e de normalidade climática. O que é certo, é que sobre estas ilhas se tem abatido algumas calamidades nos últimos tempos. E o mundo inteiro tem também sido palco de idênticos acontecimentos.

Subo a esta tribuna para mais uma vez reflectir o tema das calamidades. embora não fosse testemunha activa, tal como o fui na vila da Povoação, em 14 de Dezembro último, no entanto as cheias de 10 de Setembro que atingiram São Miguel e com particular gravidade na Ribeira Grande, deram momentos dolorosos e aterradores, inesquecíveis, certamente, a uma população em que me integro socialmente. É esta a mais forte razão que me obriga e motiva a intervir, novamente, sobre esta matéria.

O número de vezes que, nos últimos tempos, os Açores foram atingidos por fortes temporais e a persistência de fenómenos idênticos pelo mundo inteiro, factores que associados à ideia já instalada de que tal situação deriva de um desequilíbrio ambiental, fazem com que se respire um clima de insegurança e que, por todos os cantos das nossas ilhas, se adivinhava já que, a todo o momento, perigos semelhantes eram possíveis de tornar a acontecer. As populações temiam novas calamidades e as câmaras dos concelhos mais atingidos gritavam por socorro e imploravam ao Governo Regional a imediata limpeza das ribeiras. Tudo isto em vão! As limpezas não se fizeram convenientemente e as que foram feitas tardaram e que, na maioria das vezes, não passavam de meras operações de cosmética.

A limpeza das ribeiras é da responsabilidade do Governo Regional, no entanto as câmaras dos concelhos atingidos, imediatamente após as calamidades, reagiram imediatamente, reparando e reconstruindo o que foi possível, mesmo que o fosse da responsabilidade do Governo. Não olharam a esforços, não se perderam em

questiúnculas políticas, nem esperaram pela contrapartida financeira do Governo Regional dos Açores. Mas outros governantes, com responsabilidade política nesta Região, mais se preocuparam com uma estratégia política de assalto ao poder autárquico, pouco ligando, nem acreditando que a Natureza fizesse valer novamente a sua força e as suas leis.

E eis que a 10 de Setembro as ribeiras de São Miguel tornaram a encher e a transbordar, fazendo com que houvesse a perda trágica de uma vida humana. Solidariamente, aqui neste Parlamento, lamentamos o triste acontecimento, mas a situação deve revoltar-nos e obrigar-nos a reflectir e a mudar os nossos comportamentos enquanto políticos responsáveis.

Se a abundância e força da água e os enormes troncos arrancados do leito e das margens das ribeiras são sempre os mais visíveis e directos responsáveis pela sinistralidade causada, no entanto a política que, ao longo de 5 séculos, orientou a ocupação dos solos nestas ilhas, associada à incúria e inoperância do actual Governo assumem também, indiscutivelmente, a responsabilidade da situação trágica que ocorreu, com particular incidência na Ribeira Grande.

A limpeza das ribeiras teria sido a melhor prova de solidariedade que se poderia ter dado às populações. Mas, aqui, o Governo falhou e, ao falhar, pôs em causa, conscientemente, a segurança das populações.

E convém recordar que o PODER é para ser exercido e não, faustosamente, exibido. Devemos estar atentos à Natureza! Ela ensina-nos como se deve viver nestas ilhas e alerta-nos constantemente que não se deve brincar com coisas sérias.

Mas, parece-nos que quem tem efectivamente o poder executivo nesta Região se esqueceu ou ainda não percebeu que as calamidades nos Açores, mais do que uma questão política, é uma questão de sobrevivência do nosso povo.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Forjaz Sampaio para uma intervenção.

Deputado João Forjaz Sampaio (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A agricultura representa uma das principais bases de suporte da economia da nossa Região e irá desempenhar sempre um papel de grande importância, quer no sector primário, quer a nível dos restantes sectores económicos.

Na realidade, a globalidade das actividades agrícolas atinge cerca de 24% do Produto Interno Bruto (P.I.B.), com realce para o contributo dado pelas agro-indústrias que contribuem com cerca de 6%.

No Produto Agrícola Bruto (P.A.B.), destaca-se a importância da prestação da agro-pecuária, especialmente a produção de leite com valores que ultrapassam os 60%, seguindo-se a agricultura, dominada pelos contributos das culturas para fins industriais e cujo valor é superior a 35%. A actividade florestal é pouco expressiva, raramente ultrapassando 0,5%.

As actividades pecuária e agrícola na sua quase totalidade, assentam em explorações do tipo familiar, onde é marcante a sua reduzida dimensão, pois cerca de 70%, têm menos de 5 ha.

Esta característica, que consideramos fundamental ter em conta, aliada naturalmente a outras causas, leva a que, por exemplo, nas explorações agro-pecuárias o rendimento médio por unidade de trabalho (UHT), para as pequenas e mesmo para as de maior dimensão, seja muito inferior aos obtidos pelos agricultores da União Europeia.

Se compararmos, entre si, algumas das actividades, como: a agro-pecuária, função leite, horticultura ou floricultura ao ar livre, nomeadamente, produção de ramagens e culturas em sub-coberto, relativamente ao do binómio rendimento/superfície e se fixarmos este primeiro parâmetro, verificamos, em termos de valores médios, que para atingir um mesmo rendimento, como já foi referido, precisaríamos de cerca de:

- 12 ha para a manutenção de um manada de 24 animais;
- 2 ha para as produções ao ar livre;
- 1 ha para as produções em sub-coberto.

Esta sucinta introdução que apresentamos é fundamental para podermos abordar as vantagens mais significativas, que podem vir a contemplar o sector, através da implementação de explorações para as produções ao ar e sub-coberto, de menor

dimensão, passando, na maior parte dos casos, pela diversificação cultural cujos critérios de escolha das actividades venham a colmatar, não só as carências de produtos que se verificam no mercado regional, como também as possibilidades que nos oferecem os mercados exteriores à Região.

Contudo, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, quais são as vantagens que leva à prossecução de uma política de diversificação agrícola?

Que vantagens traz à nossa agro-pecuária e agricultura?

Começando a nossa análise pela agricultura e referindo os principais aspectos, diríamos que certamente:

- irá proporcionar um aumento dos postos de trabalho nos meios rurais, contribuindo para fixar as populações, evitando a desertificação;
- irá absorver mão-de-obra rural que já sabe trabalhar nos campos, evitando assim a transferência para as actividades dos outros sectores, para as quais não se encontram preparados profissionalmente;
- levará à criação de pequenas unidades de embalagem e transformação dos produtos, aliás, como já é exemplo a que se encontra em funcionamento na Cooperativa Frutaçor;
- poderá conduzir à criação de actividades artesanais, muitas delas quase desaparecidas.

Relativamente à agro-pecuária:

- irá proporcionar um aumento da superfície das explorações, possibilitando o aumento dos rendimentos, pois retirará a pressão constante que esta actividade enfrenta devido a ser, ainda, a única que existe e estar dependente do que se passa nos restantes sectores económicos e no da emigração. O número de explorações aumenta sempre que se verifica redução da emigração, ou se alteram as condições de emprego;
- como consequências, irá permitir a adopção de novas práticas que certamente deverão reflectir-se por um aumento da eficiência produtiva.

É necessário não esquecer que os países que se perfilham para aderir à União Europeia são também produtores de produtos lácteos.

Ao contrário do que se possa pensar, não irá reduzir significativamente a sua importância económica, pois a criação de novas explorações irão ocupar,

principalmente, as zonas marginais deixadas por esta actividade, quer as localizadas nas zonas litorais das nossas ilhas, como sejam os lagidos e terrenos de biscoito, também marginais para as culturas arvenses, quer as zonas de maior altitude.

De uma maneira geral, dizemos que:

- poderá contribuir para uma melhor defesa das áreas sensíveis, pelas novas oportunidades que dão aos agricultores de poderem praticar outras actividades que utilizam níveis controláveis de agentes poluidores;
- Apoiar a economia regional não só, porque poderá contribuir para suprimir as necessidades de auto-abastecimento nos nossos mercados internos, evitando a aquisição no exterior, como também pelo valor das exportações de produtos para o exterior.

E por fim,

- pela consonância em relação às novas orientações da União Europeia que defende os investimentos nas produções de que é deficitária e provenientes de países terceiros.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Torna-se necessário dar seguimento às medidas já encetadas de apoio à instalação destas novas actividades e que estamos certos merecem já a atenção do VII Governo Regional.

(Aplausos da bancada do PS e do Secretário Regional das Finanças e Planeamento)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo, uma vez que não há mais inscrições na Mesa, dando por encerrado este período de **tratamento de assuntos de interesse relevante para a Região.**

Recomeçaremos os nossos trabalhos às 18, 30 horas.

Até já.

(Eram 18, 00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Peço a vossa atenção especial para que retomem os vossos lugares.

(Eram 19, 30 horas)

Vamos entrar no **Período da Ordem do Dia**, designadamente no seu 1º ponto que se refere à leitura dos relatórios das Comissões Permanentes, ao abrigo do Artº. 119.º do Regimento da ALRA.

Tem a palavra o Sr. Relator da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais para que proceda à leitura do respectivo relatório.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE OUTUBRO DE 1997

CAPÍTULO I

Generalidades

1º A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais é constituída pelos seguintes deputados:

a) Do Partido Social Democrata (PSD)

- Deputado Manuel da Silva Azevedo (Presidente)
- Deputado Francisco Xavier Araújo Rodrigues (Relator)
- Deputado João Manuel Bettencourt Cunha
- Deputado Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
- Deputado José Maria Bairos

b) Do Partido Socialista (PS)

- Deputada Maria da Natividade Medeiros da Luz (Secretária)

- Deputado Carlos Alberto da Costa Fraga
- Deputado João Carlos do Couto Macedo
- Deputado José Humberto de Medeiros Chaves
- Deputado Rui Pedro Lopes Machado Ávila

c) Do Partido Popular (PP)

- Deputado João Maria Fraga Greves
- Deputado José António Mendes Ferreira Monjardino

d) Do Partido Comunista Português (PCP)

- Deputado Paulo António de Freitas Valadão

2º. Faltou justificadamente o senhor deputado José Maria Bairos do PSD a 7 e 8 de Outubro.

3º. A 7 e 8 de Outubro, os deputados Francisco Xavier Rodrigues, João Manuel da Cunha do PSD e Natividade da Luz, João Carlos Macedo e José Humberto Chaves do PS, foram substituídos, respectivamente, pelos deputados António Menezes, Aurélio da Fonseca, Augusto Elavai, Norberto Messias e Élio Valadão.

4º. De 1 a 12 de Outubro, por efeitos de suspensão de mandato do deputado do Partido Popular, José António Monjardino, o deputado Nuno Almeida e Sousa assumiu funções nesta Comissão.

CAPÍTULO II

Trabalhos Realizados

1º. A 7 e 8 de Outubro de 1997, a Comissão reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Angra do Heroísmo, para emitir parecer aos seguintes diplomas:

- a) Projecto de Decreto Legislativo Regional, do PCP, sobre a "Remuneração Complementar";
- b) Proposta de Resolução, do Partido Popular, relativa à "Pronúncia por iniciativa própria, perante o Governo da República, sobre o fenómeno da insegurança nos Açores."

2º. Esta reunião foi convocada inicialmente para a Delegação da ALRA em Santa Cruz da Graciosa, não se tendo podido realizar naquela ilha por cancelamento do voo da Sata no dia 7 de Outubro, devido ao mau tempo.

CAPÍTULO III

Programação de Trabalhos

- 1 - Audição do Governo sobre o acompanhamento do acordo da Base das Lajes e sobre a actual agenda Europeia no que respeita aos Açores.
- 2 - Audição do Deputado Europeu sobre a actual agenda Europeia no que respeita aos Açores.

CAPÍTULO IV

Trabalhos Pendentes

- a) Petição dos proprietários de Tabernas e Botequins para alteração do Regulamento Policial da RAA.

Angra do Heroísmo, 8 de Outubro de 1997.

O Relator, *Francisco Xavier Araújo Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Manuel da Silva Azevedo*".

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Fátima Sousa para proceder à leitura do relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais:

Deputada Fátima Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE OUTUBRO DE 1997

CAPÍTULO I

Introdução

1. A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais é constituída pelos seguintes Deputados:

a) Do Partido Socialista (PS)

- Francisco Sousa
- Luís Machado Resendes
- Maria de Fátima Sousa
- Maria Fernanda Mendes
- Norberto Messias

b) Do Partido Social Democrata (PSD)

- Ana Gomes da Silva
- António Menezes
- Aurélio da Fonseca
- Mark Marques
- Sidónio Bettencourt

c) Do Partido Popular (PP)

- João Greves
- José Monjardino

d) Do Partido Comunista Português (PCP)

- Paulo Valadão

2. A Mesa da Comissão tem a seguinte composição:

Presidente - *Maria Fernanda Mendes (PS)*

Relatora - *Maria de Fátima Sousa (PS)*

Secretário - *Aurélio da Fonseca (PSD)*

CAPÍTULO II

Reuniões Efectuadas

1. A Subcomissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais reuniu no dia 23 de Setembro de 1997, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada.
2. No dia 14 de Outubro de 1997 reuniu a Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.
3. Na reunião do dia 23 de Setembro de 1997 estiveram presentes todos os Deputados que constituem a Subcomissão, com excepção dos Deputados Maria Fernanda Mendes (P.S.), Aurélio da Fonseca (P.S.D.), que foram substituídos por Natividade da Luz (P.S.), Sidónio Bettencourt (P.S.D.), respectivamente.
4. Na reunião do dia 14 de Outubro de 1997 estiveram presentes todos os Deputados que compõem a Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Trabalhos Realizados

1. A Subcomissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais no dia 23 de Setembro de 1997, apreciou e emitiu parecer sobre os seguintes projectos de diploma:
 - Projecto de Decreto-Lei que "cria o regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas";
 - Projecto de Decreto-Lei que "aprova o regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacte".

2. A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais na reunião do dia 14 de Outubro de 1997 apreciou o presente relatório.

CAPÍTULO IV

Visitas Efectuadas

1. A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, ao abrigo da alínea a) do artigo 58º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, deslocou-se em visita oficial às Ilhas do Corvo e das Flores nos dias 29 de Setembro a 2 de Outubro de 1997 (relatório anexo).

2. Na sua visita à Ilha do Corvo a Comissão foi constituída pelos seguintes Deputados:

- Do Partido Socialista (P.S.)

- Francisco Sousa

- Maria de Fátima Sousa

- Maria Fernanda Mendes

- Norberto Messias

- Do Partido Social Democrata (P.S.D.)

- Aurélio da Fonseca

- Sidónio Bettencourt

- Do Partido Popular (P.P.)

- João Greves

3. Os Deputados Luís Machado Resendes (P.S.), Ana Gomes Silva, António Meneses, Mark Marques (P.S.D.), Mário Moura (P.P.), Paulo Valadão (P.C.P.), faltaram justificadamente.

4. Na visita à Ilha das Flores a Comissão foi composta pelos seguintes Deputados:

- Do Partido Socialista (P.S.)

- Francisco Sousa

- Maria de Fátima de Sousa

- Maria Fernanda Mendes

- Norberto Messias
- Herberto Rosa, que substituiu Luís Machado Resendes.
- **Do Partido Social Democrata (P.S.D.)**
- Aurélio da Fonseca
- Sidónio Bettencourt
- José Francisco Fernandes, que substituiu António Meneses
- **Do Partido Popular (P.P.)**
- João Greves
- **Do Partido Comunista Português (P.C.P)**
- Paulo Valadão

5. Os Deputados Ana Gomes Silva, Mark Marques (P.S.D.), Nuno Barata (P.P.), faltaram justificadamente.

CAPÍTULO V

Trabalhos Pendentes

Na Comissão encontram-se pendentes os seguintes projectos e propostas de diploma:

- Projecto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para a "Elaboração de um estudo sobre a situação das Mulheres Açorianas";
- Projecto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para "Alteração do nome do Novo Hospital de Ponta Delgada";
- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 19/97 - "Criação da Direcção Administrativa e Gestão dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1º. Ciclo do Ensino Básico";
- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 23/97 - Regulamentação de Organização, Funcionamento e Regionalização dos Serviços de Saúde";
- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 24/97 - "Alteração do Decreto-Lei nº 43/89, de 3 de Fevereiro - Regime Jurídico de Autonomias das Escolas";
- Projecto de Decreto-Lei "que estabelece o regime jurídico das escolas profissionais".

Horta, 14 de Outubro de 1997.

A Relatora, *Maria de Fátima Sousa*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, *Maria Fernanda da Silva Mendes*".

Presidente: O Sr. Deputado Alvarino pede a palavra para interpelar a Mesa?

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Atendendo a que o relatório que se segue é o da Comissão de Economia e Finanças, e como elemento que sou da mesma, sinto-me à vontade para propor a V. Ex^a., Sr. Presidente, e à Assembleia que uma vez que o referido relatório foi distribuído por todos os Srs. Deputados e é do profundo conhecimento desta Casa, fosse dispensada a sua leitura. E se algum Sr. Deputado tiver alguma dúvida sobre o relatório, é evidente que pode haver algum debate sobre ele, mas dever-se-ia dispensar a Assembleia desta... "tortura" de audição dos relatórios, uma vez que todos conhecemos o seu conteúdo, embora uma futura alteração do Regimento desta Casa possa — se for essa a vontade desta Assembleia — definitivamente resolver esta situação.

Mas pelo menos, de imediato e se for essa a vontade da Assembleia, poria este aspecto à vossa consideração, pois realmente os relatórios são do conhecimento de todos nós e também já temos uma leitura dos mesmos.

Presidente: Sr. Deputado, a única objecção que há a fazer é que trata-se de uma disposição regimental.

Portanto, não sei se valerá a pena fazer conscientemente uma infracção ao Regimento, por mais uns escassos minutos.

Não sei se não seria preferível aguardar por uma futura alteração ao Regimento que satisfizesse essa aspiração.

Assim sendo, eu tomaria a decisão de mantermos as coisas como estão. Até porque se já se fez a leitura dos dois outros relatórios, e um dos quais era bastante longo, eu por uma questão de respeito pelo Regimento, apelaria à paciência do Sr. Deputado

Alvarino Pinheiro para que aguardasse mais 3 ou 4 minutos para a leitura do relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano, a que irá proceder o seu relator.

Deputado João Forjaz Sampaio (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano, a que se refere o Artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

CAPÍTULO I

Generalidades

1. - Constituição da Comissão

A Comissão de Economia, Finanças e Plano é constituída pelos seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

- Augusto Elavai
- Élio Valadão
- Francisco Oliveira
- João Forjaz Sampaio
- Manuel Serpa
- Vasco Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

- Antonio Almeida
- Berta Cabral
- Duarte Freitas
- Eugénio Leal
- Jaime Medeiros
- Manuel Brasil

Partido Popular (PP)

- Alvarino Pinheiro

2. - Mesa da Comissão

A Mesa da Comissão de Economia, Finanças e Plano, é constituída pelos seguintes Deputados:

Presidente - Augusto Elavai (P.S.)

Relator - João Forjaz Sampaio (P.S.)

Secretário- Duarte Freitas (P.S.D.)

CAPÍTULO II

Reuniões Efectuadas

1. - A primeira reunião da Comissão de Economia, Finanças e Plano, realizou-se no dia 18 de Setembro de 1997 na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em Ponta Delgada. Os Deputados Francisco Oliveira, Manuel Serpa, Vasco Cordeiro, Duarte Freitas e Manuel Brasil faltaram justificadamente.

2. - A segunda reunião da Comissão de Economia, Finanças e Plano, realizou-se no dia 2 de Outubro de 1997 na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Angra do Heroísmo. A Deputada Berta Cabral foi substituída, no período da manhã pelo Deputado Joaquim Ponte e no período da tarde pelo Deputado Jorge Valadão. O Deputado Jaime Medeiros foi substituído pelo Deputado António Meneses.

CAPÍTULO III

Visitas Efectuadas

1. - A Comissão de Economia, Finanças e Plano, ao abrigo da alínea c) do art.º 59.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, deslocou-se nos dias 17 e 18 de Setembro, em visita oficial aos concelhos da Ilha de S. Miguel (Ponta

Delgada, Ribeira Grande, Povoação, Vila Franca do Campo e Lagoa) atingidos pelas chuvas torrenciais registadas na semana anterior.

No dia 17, na sua visita aos Concelhos de Povoação, Vila Franca do Campo e Lagoa a Comissão era constituída pelos seguintes Deputados:

- Do Partido Socialista (P.S.) - Augusto Elavai e José Élio Valadão.
- Do Partido Social Democrata (P.S.D.) - António Almeida, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal e Jaime Medeiros.
- Do Partido Popular (P.P.) - Mário Moura que substituiu Alvarino Pinheiro.

Os Deputados Francisco Oliveira, João Forjaz Sampaio, Manuel Serpa, Vasco Cordeiro e Manuel Brasil faltaram justificadamente.

No dia 18, na sua visita aos Concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande a Comissão era constituída pelos seguintes Deputados;

- Do Partido Socialista (P.S.) - Augusto Elavai, João Forjaz Sampaio e José Élio Valadão.
- Do Partido Social Democrata (P.S.D.) - António Almeida, Berta Cabral, Jaime Medeiros, Eugénio Leal.
- Do Partido Popular (P.P.) - Mário Moura que substituiu Alvarino Pinheiro.

Os Deputados Francisco Oliveira, Manuel Serpa, Vasco Cordeiro, Duarte Freitas e Manuel Brasil faltaram justificadamente.

CAPÍTULO IV

Trabalhos Realizados

- Projecto de Decreto-Lei que regula a remoção de navios em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Parecer elaborado a 6 de Outubro.

Reunião de 18 de Setembro de 1997

A Comissão de Economia, Finanças e Plano apreciou e elaborou parecer sobre o seguinte diploma:

- Projecto de Decreto-Lei que altera a Lei Orgânica do Banco de Portugal.

Reunião de 2 de Setembro de 1997

O presidente da Comissão relatou aos membros da Comissão a visita oficial que efectuou à República de S. Tomé e Príncipe.

A Comissão de Economia, Finanças e Plano apreciou e elaborou parecer sobre os diplomas a seguir referenciados:

- Projecto de Decreto-Lei que "altera o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 31/94, de 5 de Fevereiro, que estabelece as condições de aplicação a Portugal dos Regulamentos (CEE), n.ºs 2078/92, 2079/92 e 2080/92, do Conselho, de 30 de Junho, relativos aos métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências da protecção do ambiente e de preservação do espaço natural, a reforma antecipada na agricultura e as medidas florestais na agricultura.
- Proposta de substituição do Decreto Legislativo Regional n.º 10/97, "Protecção do Património Florestal Regional".

CAPITULO V

Trabalhos Pendentes

Encontra-se para análise e parecer o seguinte diploma:

- Parecer do Tribunal de Contas sobre a "Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 1994".

Horta, 13 de Outubro de 1997

O Relator, *João Manuel Pereira Forjaz de Sampaio*

Este relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Augusto António Rua Elavai*.

Presidente: Concluído este 1º ponto da nossa Ordem do Dia, vamos passar ao ponto nº2 que, por consenso inter-partidário, foi entendido que neste momento far-se-ia o debate e a aprovação da Proposta de Resolução do Partido

Popular, sobre **"a pronúncia, por iniciativa própria, perante o Governo da República, sobre o fenómeno da insegurança nos Açores"**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Está esta Assembleia hoje a apreciar a Proposta de Resolução que o Partido Popular apresentou neste hemiciclo a 10 de Junho passado.

Na altura, ao apresentarmos esta iniciativa, declarámos que para além da sensação que tínhamos de estarmos a traduzir uma ansiedade e uma preocupação lactente e vivida em vários sectores da população dos Açores, estávamos também a utilizar um instrumento que estava ao alcance desta Casa para se pronunciar, por sua iniciativa, perante o Governo da República, sobre matérias que lhe dizem respeito e lhe são específicas.

Nessa mesma altura, tivemos ocasião de manifestar, perante a Câmara, que depositávamos grande expectativa num dos pontos básicos da nossa Resolução, que era a de que deveria ser o próprio Parlamento a aprofundar, junto daqueles que mais directamente estão relacionados com o fenómeno da insegurança, no sentido de se fazer uma avaliação exaustiva e o mais profunda possível, e sobretudo fundamentada, desta situação que aflige os açorianos.

Foi isto que aconteceu, através da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, e se me permitem, gostaria de, nesta tribuna, realçar a forma como o Sr. Presidente desta Comissão conduziu os trabalhos, com o empenho e a colaboração de todos os Srs. Deputados que neles se envolveram.

Permitam-me também que realce — e aqui já em nome meramente pessoal — a excelente contribuição de todos aqueles (e foram muitos!) que foram chamados a pronunciar-se sobre esta matéria, por iniciativa da Comissão.

Parece-nos não ser exagerado referir que o trabalho desenvolvido por esta Comissão pode enquadrar-se talvez no grupo daqueles que ao longo destes mais de 20 anos de funcionamento da Assembleia, corresponderam à expectativa que neles foi depositada.

Julgo que todos nós que tivemos a honra de trabalhar nessa Comissão, saímos enriquecidos pela forma como decorreram os trabalhos, bem como pelos contributos lá prestados e, por que não dizê-lo até, pelo relatório final que dela saiu.

Ao estarmos nós enriquecidos, parece-nos também que é toda a Assembleia que está, na medida em que tem acesso ao próprio relatório.

Gostaria de salientar ainda que as conclusões a que este relatório chegou, penso que são consensuais, porque é óbvio que em função das sensibilidades de cada um, é bem possível acentuar mais este ou aquele motivo, agarrar-nos um pouco mais a este ou àquele testemunho, que foram dados por alguns daqueles que colaboraram nas audições feitas pela Comissão.

Portanto, quando esta Assembleia chega, por unanimidade, à conclusão de que devem ser solicitadas ao Governo da República medidas, como o preenchimento dos lugares vagos nos quadros de efectivos das forças de segurança, o reforço dos quadros da magistratura e funcionários judiciais, a melhoria das instalações dos tribunais e aumento da capacidade dos estabelecimentos prisionais, o reforço da vigilância da ZEE e das entradas e saídas da Região, dada a sua vulnerabilidade à circulação e entrada de droga, bem como a entrada em funcionamento dos tribunais de menores e de família (já criados), são de facto conclusões básicas que foram observadas pela maior parte dos intervenientes e que correspondem certamente às preocupações dos membros que constituem a Comissão.

Mas eu permito-me ainda salientar do conjunto dos relatos feitos aqui aos diferentes intervenientes, um aspecto que considero particularmente feliz. E tal como na altura própria referi em sede de Comissão, provém também — tal como todos os outros — de uma entidade com legitimidade na matéria, sobretudo com larga experiência. Estou a referir-me à audição do Procurador-Geral da República do Círculo Judicial de Angra do Heroísmo, Dr. Manuel Portugal de Azevedo.

Esse parecer é muito curto, por isso permitam-me que o relembre aqui ao Plenário.

Foi dito o seguinte:

"Nos últimos anos as queixas apresentadas nos tribunais de Angra, Praia e Horta, têm aumentado.

A tipologia dos crimes tem mudado em geral nos Açores, designadamente na área dos furtos e do roubo, onde vão aparecendo os esticões ou roubo por arrombamento e ameaças de morte e ainda os furtos de cheques.

Por detrás, quer do aumento do número de queixas, quer das novas modalidades de furto e roubo, encontra-se o tráfico e o consumo de drogas, designadamente a heroína."

Adianta ainda, o Sr. Procurador, de que "tem consciência de que a população sente alguma inoperância das polícias e tribunais, e afirma ser notório que nas cidades não há o devido policiamento, especialmente nos períodos nocturnos.

Esta insegurança da população tem também como causa o código penal vigente que parece beneficiar os arguidos em detrimento dos queixosos"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o devido respeito, na nossa perspectiva, a leitura deste curto depoimento encerra a grande conclusão da situação de insegurança nos Açores.

As conclusões apresentadas pela Comissão que subscrevemos e que este Parlamento — estamos certos — vai aprovar, eu diria que são as conclusões administrativas. São as conclusões que podem ser resolvidas pelo Governo da República de imediato. São aquelas que têm carácter material ou administrativo.

Acho que o grande drama da insegurança nos Açores está muito bem sintetizado nas afirmações do Sr. Procurador da República e envolvem questões como a filosofia do Código Penal, em relação à qual este Parlamento não terá eventualmente posições consensuais e — reconheçamos — a própria República tem dificuldade em encontrar uma solução aceitável. Tanto é, que temos um Código Penal relativamente recente, mas pelos vistos dificilmente agrada a quem com ele trabalha nas diferentes perspectivas. E muitos até já o responsabilizam como uma causa fundamental da situação de inoperância que o sector apresenta nos Açores.

Permitam-me ainda que saliente uma outra conclusão que achei particularmente curiosa, a qual na altura também foi levantada durante as longas horas de trabalho que tivemos. Ou seja, por um lado constata-se o aumento da criminalidade, constata-se o aumento das queixas e, por outro lado, constata-se a diminuição dos utentes dos estabelecimentos prisionais.

Portanto, há mais crimes e há menos presos, isto é, e permitam-me que vos diga, que o sistema não funciona.

Portanto, este aspecto parece muito simples e todos nós o percebemos.

Há pouca gente nas cadeias. E como tal, eles estão cá fora e por isso as coisas acontecem.

Está é de facto uma verdade à "La Palice", mas parece-me que é bom a gente lembrar-se às vezes destas coisas, pois são pormenores ditos com muita simplicidade, o que faz com que nós por vezes não os registemos, porque o próprio sistema protege quem não devia proteger.

Há uma alteração que é subscrita por todas as forças políticas e que consiste em melhorias de redacção do espírito que obviamente subscrevemos e nos congratulamos.

Em suma, o Partido Popular está sinceramente satisfeito, está orgulhoso da sua iniciativa — permitam-me também esta imodéstia — mas penso que temos o direito de chamar a atenção para um instrumento que soubemos desencadear.

Estamos também plenamente satisfeitos com o trabalho desenvolvido ao longo destes meses, com o seu resultado e oxalá que o Governo da República seja sensível a este esforço feito pelo Parlamento Açoriano, para ser a voz daqueles que representamos.

Penso que o traço comum deste trabalho, foi nós tentarmos dar resposta à ansiedade e à inquietação que afecta a nossa gente. E quando assim se faz, penso que a nossa obrigação está cumprida.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma breve nota sobre esta matéria, para não nos repetirmos, depois das judiciosas considerações feitas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, autor desta Proposta.

É significativo o trabalho feito pela Comissão e é também significativa a participação de todas as entidades constantes do relatório e que conosco colaboraram. Porém, gostaria de deixar duas notas finais.

Em primeiro lugar, quero alertar para o cuidado que devemos ter no tratamento destas matérias, a opinião pública, a comunicação social, os políticos, quanto a algum possível alarmismo dado em demasia a esta situação que, amanhã, pode prejudicar o destino turístico Açores.

A insegurança existe, não deve ser escamoteada, mas também não deve ir além daquilo que é o que está consignado neste relatório.

Qualquer alarmismo pode ser fatal e como muito bem sabemos, nestas questões tudo aquilo que vai além da realidade e que pode prejudicar-nos, leva anos e anos a repor a situação normal.

Tal como já foi aqui dito pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, há uma melhoria de redacção quanto a um problema que nos afecta e sobre o qual eu queria pôr à consideração de V. Ex^{as}. o seguinte aspecto: a melhoria de redacção é tão simples quanto isto, ou seja, não se escamoteia o problema dos repatriados, mas sim dá-se-lhe outro tratamento dizendo que "os açorianos preocupam-se quanto ao fenómeno social dos repatriados, por sentirem que ainda não há meios para os acolher e inserir no tecido social açoriano".

Fica aqui a recomendação, fica esta nota através dos considerandos não só para o Governo Regional, como também para nós todos. E fica também a preocupação desta Assembleia, embora esta seja uma Resolução cuja eficácia é externa a este órgão, para que todos se preocupem, por todos os canais que possam, em "levar a carta a Garcia", neste caso aos órgãos do Governo da República.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente, e como aqui já foi reconhecido, o trabalho feito por esta Comissão em consequência da iniciativa do Partido Popular, penso que foi importante para todos os Deputados que dela fazem parte e será importante também para esta Assembleia, para os Açores, mediante a pronúncia que, esperemos, seja aprovada aqui nesta Casa dentro de momentos.

E foi importante, porque permitiu-nos reflectir sobre aquilo a que se chama o sentimento de insegurança que, cada vez mais, se vai vivendo nos Açores e que não tem nada a ver com as estatísticas que as forças de segurança e que os magistrados judiciais e outras entidades nos apresentaram.

Se recorrermos a elas, a conclusão não será a de que a criminalidade aumentou grandemente nos Açores. Mas que o sentimento de insegurança existe, disso ninguém tem dúvidas.

Aquilo que aqui foi dito ontem relativamente à questão da droga e das estatísticas das escolas, bem como das associações que foram ouvidas, e sobre a existência concreta da droga nos Açores, passa-se neste caso também. Porque o que nós constatamos — e isso através das declarações que nós ouvimos das entidades judiciais e dos responsáveis das forças de segurança — é que grande parte da criminalidade existente não é participada, não chega à barra dos tribunais. 75% foi o número a que nós chegámos. E se calhar mais nem sequer chega às forças de segurança, designadamente à Polícia de Segurança Pública.

Porque é que isto acontece?

A conclusão a que nós chegámos, é que de facto a justiça é morosa; que a PSP, com os poucos efectivos que tem e também as outras forças de segurança, chegam com aqueles que detêm à barra do tribunal e eles são postos em liberdade e isso realmente desmotiva as forças de segurança. Mas o importante é que de facto as pessoas que são vítimas do pequeno ou do grande crime, essas sim, não se queixam, porque não vale a pena.

Outro aspecto importante que foi detectado nas audições que nós fizemos, é que há efectivamente falta de meios nas forças de segurança. Há falta de pessoal e há falta de meios técnicos, agravada pelo facto de, desde há alguns anos a esta parte, a Polícia de Segurança Pública ter actividades que, rigorosamente, não lhe dizem respeito, isto é, andar, a mando dos tribunais, a fazer diligências judiciais que qualquer funcionário administrativo podia fazer.

Porque é que isto acontece?

Porque os tribunais não têm gente.

Há falta de magistrados, há falta de funcionários judiciais, há falta de boas instalações, há falta, inclusivamente e como aqui se disse e se diz numa das conclusões, de instalação de dois tribunais fundamentais, ou seja, o tribunal de família e o tribunal de menores, já criados há bastante tempo.

E tal como há pouco fez o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu também gostaria de citar uma das entidades que nós ouvimos, porque estas coisas podem despertar e chamar a atenção.

Dizia essa entidade (posso dizer que é judicial) que nós ouvimos, e que eu não queria aqui citar, acerca de uma cidade da nossa Região o seguinte:

"Se isto continua neste andamento, dentro de 2 ou 3 anos, nesta cidade, não se poderá sair à rua de noite".

Poderá ser um exagero, mas o que realmente nos foi dito foi isto e eu, como alerta e apesar de poder correr o risco de ser exagerado, gostaria de deixá-lo aqui.

Já foi citada aqui pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro a questão do Código Penal e, aliás, essa foi uma das conclusões que inicialmente a Comissão tinha pensado aqui colocar.

Por várias entidades que nós ouvimos, quer de segurança quer judiciais, foi referido que o Código Penal favorece mais o arguido do que o queixoso, nem sequer é equilibrado.

No entanto, entendemos que como se trata de um assunto melindroso e que é da competência da Assembleia da República — e estamos a fazer uma pronúncia perante o Governo da República — isso não devia ser colocado aqui, deixando para melhor oportunidade.

Porém, fica esse sentimento que, na generalidade, nos foi transmitido, quer por entidades judiciais quer por forças de segurança, quer até por representantes da sociedade civil.

Em suma, quer estatisticamente a criminalidade aumente quer não, quer aumente pouco quer aumente muito, o fenómeno da insegurança está instalado nos Açores.

É certo que nos últimos tempos, e ainda ontem aconteceu mais um caso, as pessoas se calhar vão ficando descansadas, porque há apreensões significativas de droga. E a droga, para a questão da segurança, é importante porque, como também já foi dito, o

pequeno furto, ou o roubo por arrombamento de moradias, de automóveis, de estabelecimentos comerciais e até o furto de explorações agrícolas, muitas vezes é consequência da falta de dinheiro para aquisição de droga.

Penso que ontem isso foi referido e é um sentimento generalizado.

Por isso mesmo, e com esta nova redacção dada pela Comissão por unanimidade à Resolução propriamente dita, o meu partido irá votar favoravelmente que esta Assembleia se pronuncie, por iniciativa própria, perante o Governo da República, para que sejam tomadas medidas, no sentido de que as pessoas deixem, efectivamente, de ter este sentimento.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luis Resendes.

Deputado Luis Resendes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria apenas chamar a atenção para dois ou três pormenores sobre aquilo que disseram os colegas que me antecederam e com os quais eu não estou totalmente de acordo.

Tive oportunidade de participar numa das várias reuniões da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, nomeadamente na audição ao Sr. Procurador do Círculo Judicial de P. Delgada, e o que ele nos transmitiu sobre a criminalidade — e eu por acaso não tenho agora aqui a cópia que ele nos entregou — foi que esta não tinha aumentado naquele Círculo.

É perfeitamente natural e compreensível a preocupação com a segurança manifestada pelo Sr. Deputado do PP, mas relativamente àquele Círculo Judicial, efectivamente a criminalidade não sofreu qualquer aumento. Registou-se, sim, um aumento da emissão de cheques sem cobertura e de outros crimes que não têm propriamente a ver com a segurança.

Discordo também do que disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, relativamente às cadeias.

O Sr. Deputado disse que havia pouca gente nas cadeias e que os crimes tinham aumentado. Mas, segundo creio, o Estabelecimento Prisional de P. Delgada tem capacidade para 100 reclusos e tem tido uma média de 150 reclusos.

Relativamente aos estabelecimentos prisionais de todo o País, têm capacidade para 5 mil reclusos e têm tido uma média de 12 mil reclusos.

Eu sei que a sociologia criminal proposta pelo PP, é no sentido de um aumento da punição. Ora, o que se passa é que a sociologia criminal não nos indica isso.

Não é com penas graves e severas que se combate a criminalidade.

A criminalidade tem problemas sociais e endógenos que partem da própria sociedade.

Basta olharmos para os casos dos Estados Unidos da América, onde na maioria dos estados ainda se pratica a pena de morte e a pena de prisão perpétua, para vermos que é precisamente nessas cidades e nessas comunidades que existe maior insegurança.

Portanto, devemo-nos preocupar com o problema da insegurança na Região, parece que em algumas cidades ela tem aumentado, mas não devemos ser alarmistas nem devemos exagerar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de tecer algumas considerações em relação à Proposta que foi apresentada pelo PP e que mereceu a atenção e o trabalho cuidado da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, a qual tem sido objecto aqui de abordagem e por isso mesmo pensamos que valerá a pena dar o nosso contributo sobre essa matéria.

A primeira consideração que eu gostaria de fazer vai no sentido de realçar o modo como entidades, algumas delas com grande responsabilidade a nível do Estado, se prontificaram a colocar-se ao serviço da Comissão e a apresentarem os dados que possuíam e que, em nosso entender, foram muito esclarecedores.

Penso que vale a pena realçar as informações que nos foram dadas por Sua Ex^a. o Sr. Ministro da República, pelo responsável da Polícia Judiciária, pela PSP, pela GNR, pela Procuradoria da República de P. Delgada e Angra do Heroísmo, pelo Comando da Guarda Nacional Republicana, etc., etc.

Portanto, pensamos que isto é importante e que contribuiu para que se chegasse ao relatório que efectuámos.

Por outro lado, entendemos que o relatório aprovado por unanimidade na já referida Comissão, reflecte as conclusões a que se chegou, em função da Proposta que era feita.

Em nosso entender, essas conclusões estão em perfeita contradição com a ideia que se faz ou que se procura transmitir da criminalidade na nossa Região.

Senão vejamos: uma das conclusões a que se chega é que a grande criminalidade e o crime organizado não aumentaram nos Açores, embora possa haver semeada a ideia de que tanto um aspecto como o outro aumentaram.

Por outro lado, há um pormenor no relatório que é resultado das informações que obtivemos, ou seja, muitas vezes há algum alarmismo existente, em função da maneira como toda esta problemática é tratada hoje, diferentemente da maneira como era tratada ontem.

No relatório é dito o seguinte: "o alarmismo noticioso e a qualidade dos filmes da TV, são apontados como um péssimo contributo para o sentimento de insegurança generalizado" — isto consta do nosso relatório.

Portanto, dá-nos a impressão que há uma grande contradição entre aquilo que normalmente se pensa hoje e a realidade factual e numérica.

De facto, existe um sentimento de insegurança, sendo a mesma uma realidade. Mas quando vamos aos factos concretos, quando vamos aos números, quando vamos às acções, essa realidade não existe e isso é comprovado através dos dados que nos foram fornecidos.

Falou-se aqui e foi-nos falado também do facto de alguma criminalidade não chegar aos tribunais. Mas também todos aqueles que nos referiram esse aspecto, afirmam igualmente que esta questão é universal, isto é, que sempre existiu e que vem dos primórdios. Ou seja, muita da pequena criminalidade nunca chegou aos tribunais, tal como hoje não chega.

É afirmado no nosso relatório, bem como pelas diversas pessoas, que a criminalidade, estatisticamente, estabilizou.

Portanto, eu penso que de acordo com as estatísticas, há um equilíbrio muito grande entre aquilo que existia e tem existido nos últimos anos e aquilo que existe neste momento.

Falou-se também em relação a alguns crimes que são hoje do conhecimento de toda a comunicação social quando ocorrem — o caso do homicídio voluntário — mas recorde, por exemplo, que nos foi afirmado pelos Procuradores da República que este crime, relativamente ao que se passa no Continente, é muito inferior nos Açores. E é também referido pelas mesmas pessoas um outro aspecto, ou seja, se formos ver o historial de criminologia nos Açores, este crime sempre existiu entre nós. Salvo erro, isto foi-nos afirmado pelo Procurador de P. Delgada.

Portanto, tudo isto para dizer que se efectivamente estes crimes são muito falados hoje em dia, é porque de facto — e muito bem! — eles são falados pela comunicação social.

Há um outro aspecto que também não é novo nem é surpresa, que se prende com o problema do aumento do tráfico e do consumo de droga. Mas isso é universal, isso é geral, por conseguinte existe também na nossa Região, tal como existe a nível nacional.

Portanto, este problema é referido por várias entidades, bem como outros dois aspectos que eu penso que são dignos de realce.

Um deles prende-se com o facto de que nós, Região, provavelmente somos um corredor de passagem da heroína e da cocaína com origem na América — é uma realidade que no fundo todas as pessoas conheciam.

Por outro lado, é também afirmado que a droga consumida nos Açores deve chegar por via aérea, daí o controle que é efectuado, inclusivamente os dados e os resultados que temos em função dos julgamentos que têm ocorrido nos últimos tempos nos Açores, bem como as apreensões que ultimamente as autoridades têm efectuado na Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós pensamos que há um conjunto de conclusões neste relatório e que essas, sim, são muito importantes, na medida em que elas vão contribuir ainda mais para a melhoria do problema da criminalidade nos Açores.

Por exemplo, é referida como medida fundamental, e nós achamos que é fundamental que isto chegue aos órgãos de estado, o preenchimento dos lugares vagos nas forças de segurança da Região, porque efectivamente, por diversas vezes foi-nos referida a ausência de quadros e de lugares não preenchidos nas forças de segurança, especialmente na Polícia de Segurança Pública.

Quando alguém nos diz que em muitos lugares da nossa Região, nomeadamente durante a noite, não há qualquer policiamento, realmente isto tem a ver — pensamos nós — com a necessidade do preenchimento dos quadros.

Porém, há um outro aspecto que é fundamental, ou seja, quando nos dizem que não há policiamento e que a criminalidade está estabilizada, isto leva-nos logo a uma conclusão, isto é, de facto, este problema não é tão grave como muitas vezes demonstra o sentimento existente, porque na sociedade em que vivemos, nas condições em que vivemos, em muitos lugares, se não houvesse policiamento durante a noite, nomeadamente em zonas com uma densidade populacional média, como são algumas da nossa Região onde isso acontece, efectivamente teríamos que contar com uma percentagem de criminalidade completamente diferente daquela que de facto existe nos Açores.

Há ainda um outro aspecto que também vem referido no relatório com o qual estamos de acordo, que tem a ver com a necessidade do reforço dos quadros da magistratura e dos funcionários judiciais.

É uma questão que tal como a anterior, é importante e como também é a chamada de atenção que é feita para a vigilância da nossa zona económica e para as entradas e saídas da Região, que têm a ver com os problemas originados pelo tráfico de droga.

Por outro lado ainda, quando é referido no nosso relatório e quando diversas pessoas nos falam da necessidade dos tribunais de menores e de família serem instituídos, na medida em que até já estão criados, exigindo o seu funcionamento, quando nos falam na melhoria dos próprios tribunais e de um modo geral na forma periclitante como às vezes eles funcionam, pensamos que todos esses problemas são muito importantes e cuja resolução vai certamente contribuir para a diminuição da criminalidade na nossa Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em conclusão, a ideia com que nós ficámos e a mensagem que nos foi transmitida durante todo este trabalho, é a de se querer ver todas as instituições continuarem a lutar para a diminuição da criminalidade, porém esta não é uma matéria que nos leve a ter um exagero de preocupação, porque a criminalidade existente é absolutamente normal e está de acordo com aquilo que desde há muito vem existindo, embora repita que também recebemos a mensagem de que esta é uma matéria sobre a qual nós devemos preocupar-nos e dar o nosso contributo, no sentido de que estes problemas não atinjam a nossa Região, como têm atingido, infelizmente, algumas zonas do nosso País.

Muito obrigado.

Presidente: Parecendo não haver mais intervenções sobre este assunto, vamos passar à votação desta Proposta oriunda do Partido Popular, tendo presente que a mesma será feita com base no texto original e nas alterações que entretanto foram propostas, uma pela Comissão para os considerandos e que já foi referida por um dos Srs. Deputados, a qual diz respeito ao fenómeno dos repatriados e o corpo da Resolução, de acordo com o texto que vem aprovado por unanimidade da Comissão.

Vamos então passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução sobre "**pronúncia, por iniciativa própria, perante o Governo da República sobre o fenómeno da insegurança nos Açores**", fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A redacção final desta Proposta fica cometida à Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais.

Passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos que diz respeito ao **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de DLR — "Criação de um Registo Regional das Associações de Promoção dos Direitos das Mulheres e Regime de Apoios a Conceder a essas Associações"**.

Tem a palavra a Sr^a. Deputada Natividade Luz para proceder à apresentação do Pedido de Urgência.

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta à Assembleia este Pedido de Urgência, porque este Projecto de Decreto Legislativo Regional resultou de uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que foi apreciada em Comissão no dia 2 de Setembro de 1997, sendo esta Proposta agora presente exactamente o que lá vinha nos Artigos 4º a 21º.

Como consideramos que é importante implementar os apoios a estas associações, sendo para isso necessário a existência de um registo regional das mesmas brevemente, é por essa razão que pedimos que este diploma seja dispensado de baixar à Comissão para análise.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção sobre o mesmo assunto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, na medida em que esta matéria foi já objecto de análise na Comissão da especialidade, quando o Governo apresentou a sua Proposta nº 16/97.

No último Plenário, apreciámos já uma parte desta proposta e chegou-se à conclusão de que a parte referente à criação do registo das associações para a promoção dos direitos das mulheres, poderia fazer parte de um documento próprio.

E, considerando que o assunto foi tratado na Comissão;

Considerando que é um assunto que é necessário legislar, até para que compete o Decreto Legislativo Regional que nós aqui já aprovámos, pensamos que isto deve merecer a nossa discussão durante este período legislativo e, por isso mesmo, vamos dar a nossa aprovação a esta Urgência.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão deste Projecto de DLR**, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Não havendo declarações de voto, passamos ao ponto 4 da nossa ordem de trabalhos que se refere também a um outro **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão** relativo à "**alteração do DLR nº 22/96/A, de 9 de Agosto — Sistema de Apoio Excepcional a Conceder a Clubes Desportivos da Região**".

Tem a palavra o Sr. Deputado Norberto Messias para uma intervenção.

Deputado Norberto Messias (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A razão de ser deste Pedido de Urgência, poderá parecer que está em contradição com o texto da Proposta que posteriormente apreciaremos, uma vez que ela só entrará em vigor com a execução do próximo orçamento. No entanto, é importante e é urgente que a mesma seja debatida e eventualmente aprovada, pois dará a possibilidade dos clubes terem mais poder negocial junto da banca, para a prossecução destes contratos. Daí a razão de ser deste Pedido de Urgência, com o qual estamos todos de acordo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há algum tempo atrás na Delegação da ALRA em Angra do Heroísmo, houve alguns dirigentes desportivos que conversaram com representantes dos diversos partidos com assento nesta Casa. E eles próprios sugeriram que se fizesse esta alteração agora proposta ao Decreto Legislativo Regional já aprovado.

As pessoas que estiveram com os dirigentes desportivos, posteriormente, estiveram também com o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Consideramos que esta é uma matéria pacífica e que vai ao encontro de necessidades existentes em organismos da nossa Região que são fundamentais para o desenvolvimento sócio-desportivo dos Açores e que neste momento continuam a atravessar situações complicadas, apesar da legislação aprovada no ano passado. E, por outro lado, é fundamental que estas organizações saibam com o que é que podem contar. E também que elas possam ter perspectivas de ver a sua difícil situação ser colmatada, de acordo com a legislação que aqui já aprovámos e que será complementada com esta que agora se pretende aprovar.

Por isso mesmo, pensamos que é urgente que os clubes desportivos saibam e conheçam aquilo com que podem contar.

Portanto, vamos votar favoravelmente este Pedido de Urgência, tendo em atenção que será muito importante que a consequente Proposta deverá ser aprovada no Plenário de amanhã.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD vai igualmente votar favoravelmente este Pedido de Urgência, dado que já havia como preocupação anterior resolver a situação a que chegaram muitas das mais prestigiadas instituições desportivas da nossa Região, que para além de um papel importante no campo desportivo e social, têm também um papel relevante sob o aspecto cultural e até mesmo económico, e que atravessavam dificuldades de natureza financeira que quase as impediam de exercer a sua actividade. E nos tempos que correm, nós todos sabemos bem a importância que essa actividade tem para a ocupação dos jovens em especial, bem como para outras pessoas que já não sendo tão jovens, utilizam estas instituições, quer para ocupação dos seus tempos livres quer para a prática do desporto.

Entendemos, por isso, depois deste contacto que houve com os dirigentes desses mesmos clubes desportivos, que se tornava vantajoso aperfeiçoar a legislação que em tempos já tinha sido aprovada sobre essa matéria.

Parecendo tratar-se de matéria relativamente pacífica e de relevante interesse para o desenvolvimento da nossa Região, nós vamos também votar favoravelmente este Pedido de Urgência e naturalmente, durante a apreciação do diploma, contribuiremos para a resolução dos problemas por que passam estas instituições.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este é um dos casos em que se pode dizer que a gente está a falar para se ouvir. Mas eu também tenho que falar para me ouvir, porque se alguém começou, a gente tem que fazer todos o mesmo por aqui abaixo.

Mas, enfim, estamos sujeitos a isso.

(Risos da Câmara)

Eu proponha ao Sr. Presidente que votássemos esta matéria.

Eu cá por mim estou pronto, portanto se quiserem eu proponho que se vote, porque já dissemos tudo!

Estamos de acordo de que este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão deve ser aprovado.

Para alguns mais distraídos, ainda pode surgir aqui a ideia de que esta proposta partiu de algum de nós e que os outros estão aqui a pensar e reflectir sobre a mesma, para depois de um grande esforço, chegarmos à conclusão que o Grupo Parlamentar do PP, por exemplo, vai votar favoravelmente.

Quer dizer, isto já está tudo resolvido, ou seja, este Pedido da Dispensa de Exame está subscrito pelos 3 Grupos Parlamentares e pela Representação Parlamentar do PCP já desde há 1 mês.

É lógico que eu também tenho que dizer alguma coisa, para que as pessoas percebam que isto é de todos, é para todos e se quiserem votar o diploma neste momento, o PP está pronto a votá-lo, porque deixar para amanhã é outra tortura. E vamo-nos sujeitando a isso, também por um certo estilo parlamentar que é desencadeado e que nos obriga a todos a ter que entrar na linha.

Só que o PP não gosta de entrar na linha!

(Risos da Câmara)

Presidente: Muito bem.

Então "a linha" agora é a da votação e vamos passar a ela.

Os Srs. Deputados que concordam com o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, fazem o favor de se manter como se encontram. **Secretário:** O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos que se refere à **Proposta de DLR - "Criação do Conselho Regional para a Integração e Cidadania"**.

Está aberta discussão sobre este diploma.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao apresentar esta Proposta que vai agora estar aqui em debate, o Governo Regional está a cumprir um dos pontos do seu programa, que tem a ver com uma maior integração e um maior apoio às pessoas portadoras de deficiência.

Esta é uma matéria que a nível nacional já foi objecto de legislação, mas é uma matéria que mesmo a esse nível, ainda carece de grandes aperfeiçoamentos.

A nível regional, esta é a primeira vez que se vai legislar sobre esta matéria e creio que com isto, nós estaremos a melhorar o apoio que a administração regional pode dar aos cidadãos portadores de deficiência.

Os cidadãos portadores de deficiência na nossa Região são, infelizmente, muitos e deparam-se com vários problemas. Até porque a nossa Região ainda é bastante carente em infraestruturas de apoio social e com outros problemas que, com estes apoios, obviamente que não vão poder ser todos resolvidos, mas pelo menos poderão ser minorados e poderemos dar passos concretos, no sentido de promover a integração dessas pessoas, dando-lhes uma cidadania mais plena.

Este Conselho revestir-se-á de características de conselho consultivo para a política regional, mas será também um lugar de fórum da discussão destes problemas, bem como da promoção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.

Portanto, são estes os objectivos do diploma que aqui temos presente e espero que os Srs. Deputados o aprovem.

Presidente: Continua aberta a discussão.

Tem a palavra a Sr^a. Deputada Fátima Sousa.

Deputada Fátima Sousa (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tal como os parceiros sociais consultados, regozija-se com a apresentação desta Proposta de diploma que pretende criar o Conselho Regional para a Integração e Cidadania.

Tal como o Sr. Secretário já referiu, este será um órgão consultivo do Governo Regional para a implementação e acompanhamento de medidas de política ao nível da prevenção, recuperação e integração das pessoas portadoras de deficiência.

Dada a importância e alcance que tal diploma terá, o Grupo Parlamentar do PS votará favoravelmente a Proposta de DLR apresentada pelo VII Governo Regional, com as alterações por nós introduzidas, com as quais pensamos estarão todos de acordo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD também está de acordo com o espírito e o conteúdo desta iniciativa do Governo, na medida em que ele pretende, ao criar este Conselho Regional para a Integração e Cidadania, de algum modo, contribuir e apoiar as políticas de reabilitação e integração das pessoas deficientes. No entanto, fazêmo-lo, de harmonia com as propostas de alteração, de eliminação e de aditamento da nossa bancada. Aliás, isto vem na sequência do que ficou entendido ontem entre as duas bancadas — PSD e PS — para que se melhorasse o diploma e para que houvesse apenas um diploma para a criação deste Conselho e outro que baixou à Comissão e que consistia numa proposta de substituição do Partido Socialista, para o Registo Regional das Associações de Deficientes e o seu funcionamento, bem como os contratos e tipos de apoio de que poderiam beneficiar.

Nesse sentido, parece-nos que este diploma poderá beneficiar com as propostas de alteração, quer do Partido Socialista quer do Partido Social Democrata — algumas delas são comuns — e assim sendo, nós votaremos favoravelmente este diploma, com as alterações que já fizemos chegar à Mesa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos positiva a criação do Conselho Regional para a Integração e Cidadania, na medida em que de acordo com as suas atribuições, ele vai permitir uma cada vez maior atenção aos portadores de deficiência, para as pessoas com necessidade de reabilitação e de uma maneira geral a todos aqueles que necessitam de uma atenção especial na nossa sociedade.

Por todas estas razões, e tendo em atenção esta necessidade e utilidade, nós vamos dar nosso voto favorável a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Presidente: Não havendo mais intervenções, na generalidade, vamos passar à votação do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, na generalidade, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de DLR foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, falta apenas 1 ou 2 minutos para o término dos nossos trabalhos, portanto não creio que valha a pena entrarmos na votação na especialidade. Deixá-la-íamos para amanhã.

(Apartes inaudíveis das diversas bancadas)

Presidente: Os Srs. Deputados preferem votar o diploma até ao fim?

São 5 Artigos.

(Pausa)

Tenho indicações nesse sentido da maioria dos Srs. Deputados.

Assim sendo, vamos passar à discussão na especialidade deste diploma que vai ser feita artigo a artigo.

Está à discussão o Artigo 1º, para o qual existe uma proposta de alteração que vem do PSD.

Está aberta a discussão sobre este artigo.

Não havendo qualquer intervenção, vamos votar, de acordo com a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à discussão do Artigo 2º, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PS, que repete, pelo menos em parte, propostas que vinham da Comissão.

Está aberta a discussão sobre este Artigo 2º.

Não havendo qualquer intervenção vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o Artigo 3º temos também uma proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, a qual ponho à discussão.

Não havendo qualquer intervenção vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Grupo Parlamentar do PS apresenta ainda um Artigo 3ºA relativo ao funcionamento do Conselho.

Está aberta a discussão sobre este Artigo 3ºA.

Não havendo qualquer intervenção vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Artigo 3º A foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão do Artigo 4º, para o qual não existem quaisquer propostas de alteração, portanto votá-lo-emos segundo o texto original da proposta do Governo.

Está aberta a discussão sobre este Artigo 4º.

Não havendo qualquer intervenção vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão do Artigo 5º, para o qual existem duas propostas de eliminação, do PSD e do PS, concretamente do Artigo 5º até ao Artigo 21º, inclusivé.

Está aberta a discussão sobre esta proposta de eliminação.

Não havendo qualquer intervenção vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Temos ainda uma proposta que vem do PSD que apresenta um Artigo 5º relativo à data de entrada em vigor do diploma.

Está aberta a discussão sobre esta proposta.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos, finalmente, à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma em votação final global, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado, na globalidade, por unanimidade.

Presidente: Fica cometida a redacção final deste diploma à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

Com a aprovação deste ponto da nossa ordem de trabalhos de hoje, terminamos a nossa Sessão.

Recomeçaremos os nossos trabalhos amanhã pelas 10,00 horas para a discussão dos restantes pontos da ordem de trabalhos.

Boa noite.

(Os trabalhos terminaram às 20,00 horas)

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** — António Silva Melo, Francisco Oliveira, Luís Resendes; **PSD**; Aires Reis, António Meneses, Joaquim Ponte, Sidónio Bettencourt)*

*(Deputados que faltaram à Sessão: **PP** — Nuno Almeida e Sousa)*

A Redactora de 1ª Classe: Ana Paula Garcia de Lemos.